

# Relatório de Gestão - 2005

Presidente da República  
**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**Paulo Bernardo Silva**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Eduardo Pereira Nunes**

Diretor Executivo  
**Sérgio da Costa Côrtes**

### **ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas  
**Wasmália Socorro Barata Bivar**

Diretoria de Geociências  
**Guido Gelli**

Diretoria de Informática  
**Luiz Fernando Pinto Mariano**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
**Pedro Luis do Nascimento Silva**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria Executiva

Coordenação de Planejamento e Supervisão  
**Gylcilene Ribeiro Storino**

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE  
Diretoria Executiva - DE

## **Relatório de Gestão – 2005**

(versão simplificada)

Rio de Janeiro  
Janeiro de 2006

## **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

---

Av. Franklin Roosevelt, 166- Centro - 20021-120- Rio de Janeiro - RJ - Brasil

### **Relatório de Gestão – 2005 - Simplificado**

Diretoria Executiva

Apresenta e analisa os aspectos inerentes ao processo de gestão institucional e as práticas ocorridas no exercício de 2005. Este Relatório visa atender as informações solicitadas no Anexo II da Decisão Normativa TCU N.º 71/2005.

### **Coordenação**

Gylcilene Ribeiro Storino

### **Gerente do Projeto**

Fábio Thomaz Barbosa

### **Equipe Técnica**

Ana Cláudia Neves do Livramento

Ana Maria Martins Neves

Maria do Socorro Alves Nunes

Márcio Bonel Marchione

### **Colaboradores**

Antonio Ferreira Antunes

Antonio Fernando de Andrade Alves

Elizabeth de Carvalho Faria

Fábio Sciberras de Carvalho

Luiz Gutman

Maria de Lourdes Adorno Alves

Maria Letícia Duarte Warner

Maria Vilma Salles Garcia

Marise Maria Ferreira

Marta da Silva Coutinho

Massashige Takiguchi

Nelson Baptista Moreira

Pedro Luis do Nascimento Silva

Sandra Cavalcanti de Barros

Sônia Val Dias

Taurino de Vasconcelos Millen

Wanderley Mazei Coelho Silva

## Apresentação

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE vem, através desta publicação, prestar informações acerca da sua Gestão Organizacional no exercício de 2005.

Nesta versão simplificada do relatório de Gestão, o IBGE visa atender a recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, no que diz respeito ao Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 71 / 2005.

Cabe ressaltar que a versão completa desse relatório busca adequá-lo, simultaneamente, aos padrões estabelecidos pelo Programa de Qualidade do Serviço Público – PQSP, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, cuja finalidade é levar as organizações públicas brasileiras a padrões elevados de desempenho. A versão completa será disponibilizada na página da Internet do IBGE, para o público externo, bem como será vinculada para o público interno, em versão simplificada em versão impressa e na Intranet.

Por fim, cabe lembrar que as orientações do MP e do TCU vêm ao encontro de nossas necessidades de aprimorar um instrumento que permita, com mais clareza e concisão, tornar conhecidos os procedimentos administrativos e as atividades desenvolvidas no IBGE, e que de nosso esforço conjunto pode resultar não só o atendimento correto às demandas do Governo Federal, e da sociedade, mas, sobretudo, à consolidação de uma rotina útil e adequada de monitoramento de nosso trabalho.

*Eduardo Pereira Nunes*  
*Presidente*

# Sumário

<b>Introdução</b>	<b>07</b>
<b>1. Dados Gerais</b>	<b>08</b>
1.1. Competências Legais e Regimentais	08
1.2. Estrutura Organizacional	09
1.3. Organograma Geral	11
1.4. Instalações e Localidades	11
1.5. Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	12
<b>2. Objetivos e Metas</b>	<b>14</b>
2.1. Programas sob a responsabilidade do IBGE	14
2.1.1. Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas	14
2.1.2. Programa Recenseamentos Gerais	16
2.2. Ações em Programas de responsabilidade de Outros Órgãos da Administração Pública Federal	18
2.2.1. Programa Universidade do Século XXI	18
2.2.2. Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	19
2.2.3. Programa Apoio Administrativo	21
2.2.4. Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União	23
2.2.5. Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais	23
2.2.6. Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	23
<b>3. Indicadores ou Parâmetros de Gestão</b>	<b>24</b>
<b>4. Análise Crítica dos Resultados</b>	<b>26</b>
4.1. Análise dos Resultados por Programa e/ou Ação	26
4.1.1. Resultados do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas	26
4.1.2. Resultados do Programa Recenseamentos Gerais	43
4.1.3. Resultados das Ações do IBGE pertencentes à Programas de outros Órgãos da Administração Pública Federal	48
4.2. Comportamento das Metas Físicas e Financeiras	57
4.2.1. Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas	57
4.2.2. Programa Recenseamentos Gerais	58
4.2.3. Ações do IBGE pertencentes à Programas de outros Órgãos da Administração Pública Federal	58
4.3. Análise dos Resultados dos Indicadores	60
<b>5. Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas</b>	<b>65</b>
<b>6. Transferências de Recursos (convênios e outros meios)</b>	<b>67</b>
<b>7. Entidades de Previdência Privada Patrocinadas</b>	<b>74</b>
<b>8. Projetos e Programas Financiados com Recursos externos</b>	<b>76</b>
<b>9. Gastos com Cartões de Crédito</b>	<b>77</b>
<b>10. Referências Bibliográficas</b>	<b>78</b>
<b>Anexo - Lista de Endereços</b>	<b>79</b>

## Introdução

As organizações governamentais brasileiras, atentas às novas perspectivas de gestão das políticas públicas respaldadas nas expectativas do cliente-cidadão, vêm buscando, nas iniciativas de adequação, em nível macro às tendências mundiais de universalização da informação e de diminuição de distâncias entre cidadãos, governos e informações. Internamente, buscam a adequação de suas estruturas e a orientação de seus servidores, de forma a oferecer mais e melhores serviços ao seu público-alvo.

Partindo desse pressuposto, a Administração Pública do Brasil não pode prescindir das modernas tecnologias da informação no desenvolvimento de suas políticas públicas e, conseqüentemente, na prestação de seus serviços à sociedade.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE constitui-se no principal provedor de dados e informações do País que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

Estatísticas sociodemográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas são elementos imprescindíveis para diagnosticar e monitorar a dinâmica econômica, demográfica, social e política de uma sociedade, fundamentar ações de planejamento, tanto na área pública como na iniciativa privada, e contribuir para o processo de consolidação da cidadania.

A necessidade destas informações é ainda mais premente quando se trata de uma sociedade em constante processo de transformação, ocupando um território de grande extensão e caracterizada por fortes desequilíbrios socioeconômicos, cuja expressão espacial mais marcante são as desigualdades regionais.

O IBGE, atento às orientações emanadas do Governo Federal, vem desenvolvendo ações visando à garantia da democratização do acesso aos dados e informações produzidos no seu âmbito.

Coletar, armazenar, analisar e disseminar informações que descrevam de forma adequada a realidade brasileira, em suas múltiplas dimensões, constituem a tarefa básica da produção técnica do IBGE.

## Dados Gerais

### 1.1. Competências Legais e Regimentais

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, CNPJ 33.787.094/0001-40, é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi instituída nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003 publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003, pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria MP nº 215 de 12 de agosto de 2004 e publicado no DOU nº156, de 13 de agosto de 2004, e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Tem como missão *retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania*, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Compete ainda ao IBGE propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, criado pela Lei nº 5.878, de 1973, após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística – CONFEST e de Geociências – CONFEGE, a serem realizadas em intervalos não superiores a cinco anos; atuar nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, criados pelo Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, e no Sistema Estatístico Nacional, mediante a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas, em consonância com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974, como também acompanhar a elaboração da proposta orçamentária da União referente ao previsto no Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas.

Além disso, o IBGE mantém cursos de pós-graduação, de graduação e de treinamento profissional, em áreas correspondentes àquelas de sua competência, observada a legislação educacional vigente; e firma acordos afins à sua missão institucional, a título gratuito ou oneroso, com entidades públicas ou privadas, preservadas, na produção e uso das informações, as concepções básicas estabelecidas, as normas técnicas e operacionais expedidas e o sigilo previsto em lei.

## 1.2. Estrutura Organizacional

A Fundação IBGE possui três órgãos colegiados de direção superior, a saber: Conselho Diretor; Conselho Técnico e Conselho Curador. O Conselho Diretor estabelece políticas reitoras da atuação da Fundação IBGE. O Conselho Técnico é responsável pela apreciação das propostas do Conselho Diretor referentes aos planos de trabalho anuais e plurianuais e respectivos orçamentos; relativas ao relatório anual de atividades da Instituição e execução dos planos; e acerca dos assuntos de natureza técnica submetidos pelo próprio Conselho, pelo Conselho Diretor e pelos órgãos governamentais e sociedades civis; além do encaminhamento de conclusões e recomendações à Direção do IBGE. A fiscalização, o acompanhamento e o controle permanente da gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira cabem ao Conselho Curador.

O Gabinete da Presidência caracteriza-se como órgão de assistência direta e imediata ao Presidente, cuja atividade consiste em assessorá-lo na representação política e social, no preparo e despacho do expediente e nas relações interinstitucionais.

A Coordenação Operacional dos Censos exerce o acompanhamento e controle das atividades de planejamento, organização e execução necessárias à realização dos Censos e Contagem de População.

A Coordenação de Comunicação Social planeja, coordena e executa as atividades de comunicação, tanto com o corpo funcional como junto aos organismos de difusão de informação da Sociedade.

O órgão Relações Internacionais é responsável por sistematizar e coordenar a formulação de políticas para negociação junto a organismos internacionais de fomento e financiamento a pesquisas e projetos, com o objetivo de aprimorar o desenvolvimento técnico institucional, promovendo a articulação e integração dos órgãos do IBGE responsáveis pela execução das ações referentes a convênios de cooperação internacional, bem como garantindo o necessário suporte operacional à sua implementação.

Três órgãos seccionais cuidam das questões de caráter geral e administrativo da Instituição, quais sejam: Auditoria Interna; Procuradoria Federal e Diretoria Executiva. A Auditoria Interna fiscaliza o uso adequado dos recursos por parte das unidades gestoras e comprova a legalidade e legitimidade das ações administrativas. A Procuradoria Federal representa a Fundação IBGE judicial e extrajudicialmente e presta assessoramento aos órgãos da estrutura regimental do IBGE, nos assuntos de natureza jurídica; além de apurar a liquidez e certeza de créditos das atividades da Instituição, inscrevendo-as em dívida ativa. A Diretoria Executiva exerce as atividades de planejamento e coordenação geral, bem como organiza, coordena, orienta e executa as atividades relativas à administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas na realização dessas atividades.

Para consecução dos objetivos institucionais, o IBGE conta com cinco órgãos específicos singulares: Diretoria de Pesquisas; Diretoria de Geociências; Diretoria de Informática; Centro de Documentação e Disseminação de Informações; e Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

A Diretoria de Pesquisas desenvolve estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País e executa ações da Fundação IBGE no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

A Diretoria de Geociências realiza estudos, pesquisas e trabalhos de natureza geográfica, geodésica e cartográfica, bem como relativos a recursos naturais e condições do meio ambiente, e executa ações da Fundação IBGE no âmbito da coordenação dos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria geocientífica.

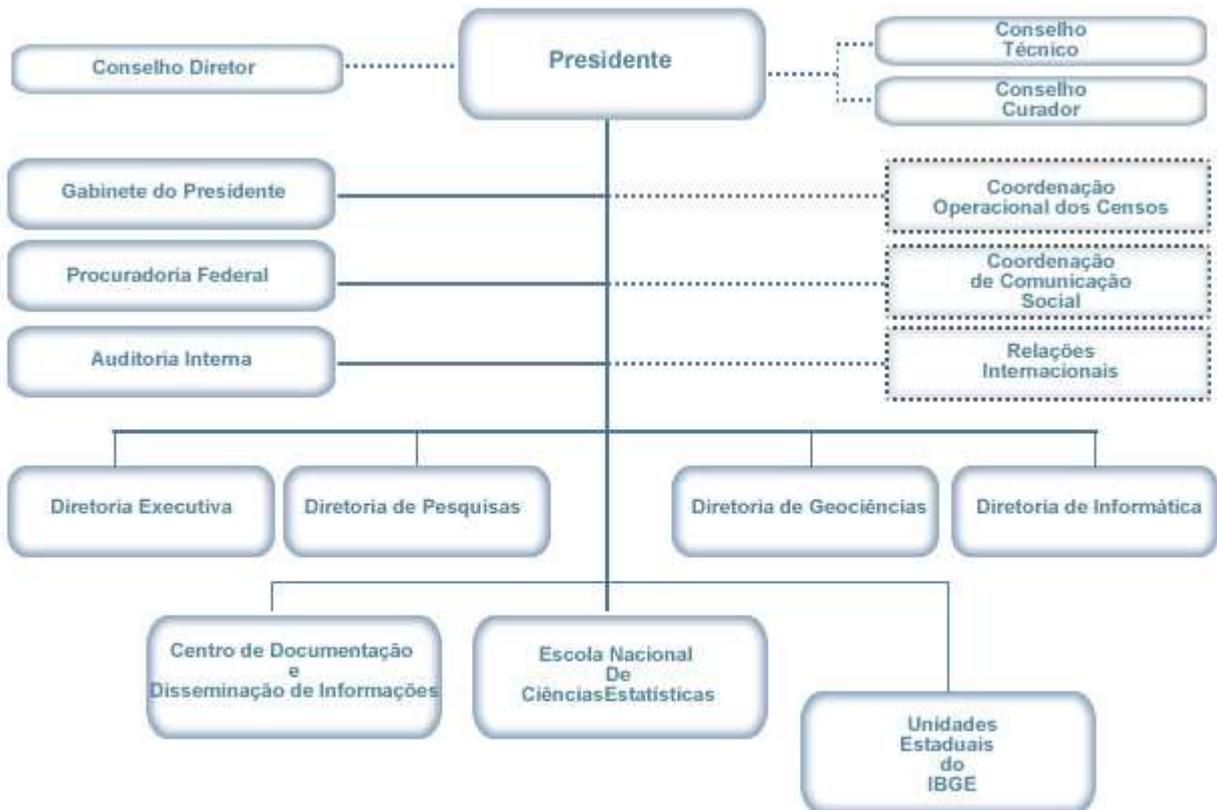
A Diretoria de Informática encarrega-se das atividades de processamento de dados e de informações científicas e administrativas, desenvolvendo processos de informatização, administrando o parque central de equipamentos e infraestrutura básica de informática, garantindo a preservação da integridade das informações contidas nas bases de dados do IBGE, e promovendo a prospeção e difusão de novas tecnologias aos demais órgãos da Fundação.

O Centro de Documentação e Disseminação de Informações é responsável pelas atividades de documentação e disseminação do acervo de informações; desenvolve produtos e serviços de informação segundo os diversos segmentos de usuários; promove a divulgação e a comercialização desses produtos e serviços; divulga a imagem; e preserva a memória institucional.

O IBGE também desenvolve atividades de ensino e pesquisa em matéria estatística e geográfica; implementando atividades de treinamento, aperfeiçoamento, formação e pesquisa, podendo manter cursos de graduação, de especialização e de pós-graduação direcionados tanto aos funcionários do IBGE quanto ao público em geral, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Ademais, o IBGE possui órgãos descentralizados - Unidades Estaduais cuja responsabilidade é desenvolver atividades técnicas e administrativas da Fundação no limite de suas jurisdições.

### 1.3. Organograma Geral



### 1.4. Instalações e Localidades

A Presidência do IBGE está situada no município do Rio de Janeiro, na Avenida Franklin Roosevelt, número 166, Centro, CEP 20021-120, e pode ser contactada através dos telefones (21) 2142-4501, (21) 2142-4502 e 0800.218181 e facsímile: (21) 2142-0893.

As quatro Diretorias que compõem a Fundação, ou seja, a Diretoria Executiva (DE), de Pesquisas (DPE), de Informática (DI), de Geociências (DGC); como também o Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) encontram-se situados no município do Rio de Janeiro; enquanto que as Unidades Estaduais, órgãos descentralizados da Instituição, que representam o IBGE em todo o território nacional e formam uma extensa rede de pesquisa e disseminação composta por 27 Unidades Estaduais, localizam-se nas 26 capitais dos estados brasileiros e no Distrito Federal, e as 533 Agências nos principais municípios brasileiros. As localidades físicas das Diretorias e Unidades Estaduais estão relacionados no Anexo.

O endereço do Portal do IBGE na Internet é <http://www.ibge.gov.br>. O Portal é voltado para um conjunto diversificado de usuários, com canais de conteúdos direcionados aos jovens e adolescentes, canais de banco de dados e *download* de resultados de estudos e pesquisas para estudiosos e pesquisadores, canais de conteúdo histórico e loja virtual.

### 1.5. Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI

O código do IBGE e das Unidades Gestoras (UGs) utilizados no SIAFI, bem como o código de Gestão que serve para todas as Unidades, encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 - Código do IBGE e das Unidades Gestoras utilizados no SIAFI

ORGAO: 25205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			
GESTÃO: 11301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			
UG's	TITULO	UF	FUNÇÃO SITUAÇÃO ATIVO
114601	Fundação IBGE. Administração Central/RJ	RJ	Execução
114602	Unidade Estadual do IBGE em Rondônia	RO	Execução
114603	Unidade Estadual do IBGE no Acre	AC	Execução
114604	Unidade Estadual do IBGE no Amazonas	AM	Execução
114605	Unidade Estadual do IBGE em Roraima	RR	Execução
114606	Unidade Estadual do IBGE no Pará	PA	Execução
114607	Unidade Estadual do IBGE no Amapá	AP	Execução
114608	Unidade Estadual do IBGE no Maranhão	MA	Execução
114609	Unidade Estadual do IBGE no Piauí	PI	Execução
114610	Unidade Estadual do IBGE no Ceará	CE	Execução
114612	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte	RN	Execução
114613	Unidade Estadual do IBGE na Paraíba	PB	Execução
114614	Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco	PE	Execução
114615	Unidade Estadual do IBGE em Alagoas	AL	Execução
114616	Unidade Estadual do IBGE em Sergipe	SE	Execução
114617	Unidade Estadual do IBGE na Bahia	BA	Execução
114618	Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais	MG	Execução
114619	Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo	ES	Execução
114620	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso Sul	MS	Execução
114621	Coordenação de Recursos Materiais do IBGE/RJ	DF	Execução
114622	Unidade Estadual do IBGE em São Paulo	SP	Execução
114623	Unidade Estadual do IBGE no Paraná	PR	Execução
114624	Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina	SC	Execução
114625	Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul	RS	Execução
114626	Unidade Estadual do IBGE no Mato Grosso	MT	Execução
114627	Unidade Estadual do IBGE em Goiás	GO	Execução
114629	Unidade estadual do IBGE no Distrito Federal	DF	Execução
114631	Unidade estadual do IBGE no Rio de Janeiro	RJ	Execução
114633	Escola Nacional de Ciências Estatísticas	RJ	Execução

Quadro 1 - Código do IBGE e das Unidades Gestoras utilizados no SIAFI

(continuação)

ORGAO: 25205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			
GESTÃO: 11301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística			
UG's	TITULO	UF	FUNÇÃO SITUAÇÃO ATIVO
114634	Diretoria de Informática/IBGE	RJ	Execução
114635	Diretoria de Pesquisa/IBGE	RJ	Execução
114636	Diretoria de Geociências/IBGE	RJ	Execução
114637	Centro Documentação e Disseminação da Informação/IBGE	RJ	Execução
114639	Unidade Estadual do IBGE em Tocantins	TO	Execução
114640	Administração de Recursos Externos	RJ	Execução
114641	Contrato de Empréstimo Ext. BID-991/OC/BR/BRA/97/013	RJ	Execução

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, fevereiro / 2006

## Objetivos e Metas

Os programas sob a responsabilidade do IBGE no Plano Plurianual para o período de 2004 – 2007 são: o *Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas (IEG)* e o *Programa Recenseamentos Gerais (RG)*. O IBGE participa, ainda, do PPA, desenvolvendo ações em programas de outros órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como no Ministério da Educação e no Ministério da Previdência Social.

Os programas institucionais do IBGE contribuem para o alcance de todos os Megaobjetivos das Orientações Estratégicas do governo e encontra-se alinhado aos Objetivos Setoriais definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com ênfase no Objetivo relativo à coordenação, implantação e gestão de sistemas de informações confiáveis, estáveis, transparentes, integrados e com padronização conceitual, visando ao conhecimento da realidade nacional e do exercício da cidadania; e com ênfase no Objetivo relativo ao conhecimento da realidade demográfica e social do País no âmbito nacional, regional, estadual, municipal e de localidades, por meio de levantamento de dados censitários.

A seguir são apresentados os programas institucionais e as ações desenvolvidas pela Fundação no exercício de 2005.

### 2.1. Programas sob a responsabilidade do IBGE

#### 2.1.1. Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

Este programa, enquadrado no tipo Finalístico por resultar em bens ou serviços ofertados diretamente à Sociedade, tem por objetivo elaborar e disseminar informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica – e de natureza geocientífica: geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.

Está voltado ao Governo e à Sociedade em suas necessidades de conhecer a realidade física, humana, social e econômica do Brasil, por meio de estatísticas socio-demográficas e econômicas, mapeamentos e análises geográficas, bem como através da representação sistemática do País, em linguagem cartográfica, com mapas e cartas que retratam a paisagem natural e social do território nacional, a delimitação de áreas legais e operacionais; fundamentando ações imprescindíveis à atuação de planejamento, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, de forma a contribuir para o processo de desenvolvimento e de consolidação da cidadania.

Os principais beneficiários são o Governo e a Sociedade, compostos por tomadores de decisão no âmbito das políticas públicas e pelos cidadãos em geral que precisam de informações necessárias ao conhecimento da realidade Brasileira.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa são: Taxa de Resultados Alcançados (RA), Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDI), Tempo de Resposta - Médio (TR), Taxa de Satisfação do Usuário (S), Expectativa do Usuário (E) e Avaliação do Usuário (A), conforme detalhamento apresentado no capítulo 3.

O Quadro 2 apresenta as atividades e os projetos do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas, discriminado a finalidade, produto e unidade de medida, bem como identifica as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária de 2005, já acrescidas dos créditos adicionais.

Quadro 2 - Atividades e Projetos que compõem o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

<b>Atividades</b>	
<b>Pesquisas Conjunturais</b>	
<i>Finalidade:</i>	Produzir indicadores que permitam analisar o comportamento socioeconômico do País, em curto prazo
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado
<i>Meta Física :</i>	141
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 5.426.948,00
<b>Pesquisas Estruturais da Área Econômica</b>	
<i>Finalidade:</i>	Produzir, contínua e sistematicamente, um conjunto de resultados necessários à caracterização e ao conhecimento da situação econômica do País.
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado
<i>Meta Física :</i>	15
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 2.872.225,00
<b>Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica</b>	
<i>Finalidade:</i>	Produzir informações de natureza estatística, por meio de implementação de estudos, pesquisas e trabalhos voltados ao conhecimento da realidade sociodemográfica do País.
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado
<i>Meta Física :</i>	4
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 3.398.396,00
<b>Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas</b>	
<i>Finalidade:</i>	Documentar e disseminar as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelo IBGE.
<i>Produto:</i>	Usuário atendido
<i>Meta Física :</i>	4.800.000
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 2.566.000,00
<b>Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais</b>	
<i>Finalidade:</i>	Realizar análises espaciais compreendendo áreas urbanas e rurais, elaborando divisões regionais, definindo quadros de referência da organização social e econômica do País, e sistematizar dados e informações referentes aos recursos naturais e ao meio ambiente e sua dinâmica.
<i>Produto:</i>	Resultado divulgado
<i>Meta Física :</i>	159
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 800.000,00
<b>Sistema Informatizado de Dados Estatísticos</b>	
<i>Finalidade:</i>	Garantir a informatização dos processos de trabalho e fomentar a utilização da tecnologia de informação em nível nacional, administrando seus recursos de processamento, sua rede e acervo institucional de dados provendo, dessa forma, suporte à utilização desses recursos e ao desenvolvimento de sistemas estatísticos e geocientíficos.
<i>Produto:</i>	Sistema implantado
<i>Meta Física :</i>	1
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 10.401.899,00

## Quadro 2 - Atividades e Projetos que compõem o Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

(continuação)

<b>Atividades</b>	
<b>Sistema Geodésico Brasileiro</b>	
<i>Finalidade:</i>	Garantir a atualidade do referencial geodésico nacional, base das medições destinadas à definição de posicionamento em termos de coordenadas geodésicas (latitude, longitude e altitude) e de valores da aceleração da gravidade no território nacional, bem como sua consistência global.
<i>Produto:</i>	Estação geodésica mantida/implantada
<i>Meta Física:</i>	3.000
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 665.000,00
<b>Mapeamento Topográfico de Referência</b>	
<i>Finalidade:</i>	Retratar o território brasileiro, em escala topográfica e geográfica, garantindo a representação sistemática do País através de mapas e cartas, necessários à atuação pública e privada no desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização, integrando bases geométricas do território e dados tabulares em particular as estatísticas econômicas e sociais, bem como apoiar a Coordenação do Sistema Cartográfico
<i>Produto:</i>	Mapa divulgado
<i>Meta Física:</i>	900
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 1.472.195,00
<b>Publicidade de Utilidade Pública</b>	
<i>Finalidade:</i>	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
<i>Produto:</i>	Ação padronizada
<i>Meta Física:</i>	Ação padronizada
<i>Unidade de Medida:</i>	Ação padronizada
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 300.000,00
<b>Projetos</b>	
<b>Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre Condições de Vida – HD TAL</b>	
<i>Finalidade:</i>	Aprimorar o Sistema de Pesquisas Domiciliares, ampliar a disponibilização de informações estratégicas para a área social, e melhorar a capacidade de produção e análise de informações destinadas ao monitoramento e a avaliação do impacto das políticas sociais e das condições de vida da população brasileira.
<i>Produto:</i>	Sistema implantado
<i>Meta Física:</i>	50
<i>Unidade de Medida:</i>	% de execução física
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 1.015.287,00
<b>Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho</b>	
<i>Finalidade:</i>	Implantar uma pesquisa nacional contínua, por amostra de domicílios, para acompanhamento de características da força de trabalho e outras características sociodemográficas da população brasileira, de forma a produzir informações relevantes para o acompanhamento das alterações de curto de curto prazo no mercado de trabalho, pelo menos uma vez ao ano, informações sobre a situação socioeconômica da população. Os resultados contribuirão para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do País.
<i>Produto:</i>	Pesquisa implantada
<i>Meta Física:</i>	10
<i>Unidade de Medida:</i>	% de execução física
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 419.009,00
<b>Pesquisa de Orçamento Familiares 2005 - 2006</b>	
<i>Finalidade:</i>	Obter indicadores anuais sobre as condições de vida da população brasileira e o rastreamento contínuo das alterações na composição e nível do consumo da sociedade, que representa uma parcela substancial do PIB nacional.
<i>Produto:</i>	Pesquisa realizada
<i>Meta Física:</i>	56
<i>Unidade de Medida:</i>	% de execução física
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 9.595.261,00
<b>Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações</b>	
<i>Finalidade:</i>	Melhorar a qualidade da produção de informações estatísticas necessárias à definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do País.
<i>Produto:</i>	Metodologia implantada
<i>Meta Física:</i>	56
<i>Unidade de Medida:</i>	% de execução física
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 1.500.000,00

## 2.1.2. Programa Recenseamentos Gerais

O Programa Recenseamentos Gerais busca prover o Governo e a Sociedade do conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das

características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

Os principais beneficiários são o Governo e a Sociedade, compostos por tomadores de decisão no âmbito das políticas públicas e pelos cidadãos em geral que precisam de informações necessárias ao conhecimento da realidade Brasileira.

Os indicadores utilizados para avaliar o desempenho deste programa estão em processo de definição, pois as ações que os compõem são formadas por projetos que não possuem horizonte temporal contínuo.

No Quadro 3, são apresentadas as Ações do Programa Recenseamentos Gerais, discriminando sua finalidade, produto e unidade de medida, bem como são identificadas as metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária de 2005, já acrescidas dos créditos adicionais. As Ações Contagem da População 2006 e Censo Agropecuário 2006 não foram previstas na LOA 2005, mas receberam recursos e tiveram metas físicas estabelecidas ao final do exercício, conforme apresentado no Quadro 12 da página 58.

Quadro 3- Projeto que compõe o Programa Recenseamentos Gerais

<b>Projeto</b>	
<b>Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios</b>	
<i>Finalidade:</i>	Desenvolver e implantar um cadastro de endereços de domicílios, de abrangência nacional, que sirva como instrumento para a racionalização e o controle dos trabalhos de operações censitárias e fonte para seleção de amostras de pesquisas domiciliares.
<i>Produto:</i>	Cadastro implantado <span style="float: right;"><i>Unidade de Medida:</i> % de execução física</span>
<i>Meta Física:</i>	70 <span style="float: right;"><i>Meta Financeira:</i> R\$ 2.259.154,00</span>
<b>Censo Agropecuário 2006</b>	
<i>Finalidade:</i>	Levantar em 2007, com referência a 2006, informações sobre a produção agropecuária, o meio ambiente, a distribuição e o uso da terra, em nível dos municípios, das localidades, das bacias hidrográficas, dos assentamentos fundiários, das unidades de conservação ambiental, das terras indígenas e dos remanescentes de quilombos.
<i>Produto:</i>	Censo realizado <span style="float: right;"><i>Unidade de Medida:</i> % de execução física</span>
<i>Meta Física:</i>	1 <span style="float: right;"><i>Meta Financeira:</i> R\$ 6.000.000,00</span>
<b>Contagem da População 2006</b>	
<i>Finalidade:</i>	Levantar informações que permitam a atualização das estimativas populacionais com vistas a ajustá-las durante o período intercensitário, fornecendo dados mais precisos para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e outros; oferecer aos ministérios da Saúde e da Educação a estimativa da população municipal por faixa etária; fornecer insumos para subsidiar ações de planejamento e avaliação de políticas públicas; investigar o acesso aos programas governamentais de transferência de renda; levantar a renda individual; investigar algumas características de habitação; investigar o nível de escolaridade e a cor da população e propiciar a melhoria das pesquisas amostrais.
<i>Produto:</i>	Pesquisa realizada <span style="float: right;"><i>Unidade de Medida:</i> % de execução física</span>
<i>Meta Física:</i>	1 <span style="float: right;"><i>Meta Financeira:</i> R\$ 5.000.000,00</span>

## 2.2. Ações em Programas de responsabilidade de Outros Órgãos da Administração Pública Federal

### 2.2.1. Programa Universidade do Século XXI

Este programa, de responsabilidade do Ministério da Educação, objetiva reformar a Educação Superior e estruturar as instituições federais de ensino, preparando-as para as tendências de futuro, ampliando com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e promover condições para o desenvolvimento sustentável do País. Está voltado aos alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como estudantes bolsistas das IES privadas.

Uma das diretrizes de ação do Ministério da Educação é a de reformar o modelo de Educação Superior, que atualmente dá sinais de esgotamento, bem como a instituição universitária, quase milenar, que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social.

Nas últimas décadas as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica que o próprio saber universitário está ficando defasado, perdendo seu ritmo e a sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros.

A universidade, o século e o milênio se abriram, colocando-se diante de um rosário de interpelações que atingem o seio do ensino em todos os seus âmbitos. Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos. As tendências de futuro devem ser antevistas, de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e promover o desenvolvimento integral do ensino superior, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemáticos, de forma a que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do País.

O conceito de Universidade do Século XXI prevê não só a recuperação e manutenção das instalações físicas, e a valorização dos quadros, mas também repensar o fazer universitário. A comunidade acadêmica será convocada a assumir a responsabilidade de contribuir para a mobilização realizadora do projeto nacional de inclusão social mediado pela educação. É preciso ampliar o debate acerca dos papéis da universidade para construção da paz, do desenvolvimento e da soberania nacional.

Os métodos e instrumentos de avaliação ao novo projeto educacional, devem ser adequados à construção de um novo modelo que permita a participação da sociedade civil e gestores educacionais.

Diante disso, faz-me mister adequar a Universidade aos desafios do século XXI, promovendo a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias.

Para a implementação do programa prevê-se o desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.

No IBGE, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE é responsável por uma das Ações associadas ao programa, a saber: Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências.

A definição da finalidade, produto, unidade de medida e das metas física e financeira da atividade desenvolvida pelo IBGE neste Programa está demonstrada no Quadro 4.

Quadro 4. Atividade do Programa Universidade do Século XXI

<b>Atividades</b>	
<b>Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências</b>	
<i>Finalidade:</i>	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos de graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.
<i>Produto:</i>	Aluno matriculado
<i>Meta Física :</i>	310
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 317.750,00

#### 2.2.2. Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Este programa, de responsabilidade do Ministério da Educação, objetiva formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil, e está voltado aos alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

O progresso científico e a inovação tecnológica são fatores do crescimento econômico e social das nações e decorrem, primordialmente, de investimentos em educação, ciência e tecnologia. No Brasil, grande parte da produção do conhecimento científico e tecnológico acontece, predominantemente, nas instituições de ensino superior, que contam com uma infra-estrutura resultante, basicamente, das ações do Ministério da Educação, executadas pela CAPES, por meio do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG.

Os esforços, do governo federal, voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O SNPG, no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país.

É necessário, portanto, promover a internacionalização do desempenho dos docentes e pesquisadores das instituições de ensino superior, a mobilidade acadêmica e ampliar a cooperação internacional entre as instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras, bem como possibilitar o acesso à informação científica e tecnológica. Além de inserir as ações da CAPES no projeto de Política Industrial e procurar minimizar as desigualdades regionais capacitando pessoal pós-graduado e promovendo a inclusão social em âmbito nacional.

No contexto acadêmico e científico, a CAPES promove a melhoria da qualidade da educação superior por meio da avaliação dos cursos de pós-graduação; do oferecimento de oportunidades de acesso à pós-graduação; do investimento na formação acadêmica dos docentes das universidades; da minimização das disparidades regionais na oferta dos cursos de pós-graduação; permitindo o acesso à informação em ciência e tecnologia por meio do Portal de Periódicos; viabilizando a inserção dos pesquisadores brasileiros no cenário internacional e do desenvolvimento de linhas de políticas estratégicas de formação de pessoal qualificado para fazer face às necessidades do segmento tecnológico - principalmente do setor industrial.

Essas são questões fundamentais que serão contempladas por esse programa, de forma a auxiliar o país na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Uma das estratégias para a implementação do programa é o acompanhamento e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação realizada pela CAPES, cujo resultado traduz-se em diagnósticos que subsidiam esta Fundação na formulação de políticas de pós-graduação, fomentando o ensino de pós-graduação nos seguintes aspectos: na concessão de bolsas de estudo no País e no exterior; na manutenção dos programas de pós-graduação; no acesso ao acervo bibliográfico nacional e internacional; e, no cumprimento de acordos internacionais.

Para tanto, utiliza-se de parcerias com as instituições de ensino superior e outros agentes públicos e privados voltados ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular, à melhoria do ensino de pós-graduação e da pesquisa no País. A implementação de ações para a formação pós-graduada nas modalidades diretas, descentralizadas e/ou por transferência voluntária que serão realizadas pela CAPES juntamente com as instituições federais de ensino superior, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais no País e no exterior.

Para a execução dessas ações o repasse dos recursos e a distribuição das responsabilidades dar-se-ão por meio de convênios e de termo de concessão de auxílio a pesquisador entre a CAPES e as diversas instituições envolvidas com a pós-graduação.

No IBGE, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE é responsável por uma das Ações associadas ao programa, a saber: Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências.

A definição da finalidade, produto, unidade de medida e das metas física e financeira da atividade desenvolvida pelo IBGE neste Programa está demonstrada no Quadro 5.

Quadro 5. Atividade do Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

<b>Atividade</b>	
<b>Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências</b>	
<i>Finalidade:</i>	Formar, aperfeiçoar e especializar profissionais das áreas de Estatística e de Geociências, por meio de cursos pós-graduação, bem como de cursos de atualização e extensão. Realizar estudos, pesquisas e desenvolver tecnologias com vistas a contribuir para o enfrentamento dos problemas brasileiros, e o aperfeiçoamento técnico-científico e cultural do País.
<i>Produto:</i>	Aluno matriculado
<i>Meta Física :</i>	148
<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 358.830,00

### 2.2.3. Programa Apoio Administrativo

Este Programa, de caráter contínuo, padronizado e multissetorial, tem por objetivo prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus Programas finalísticos, e engloba Ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas finalísticos e demais Programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação, no momento, àqueles Programas, como as despesas de manutenção de serviços administrativos gerais, de bens imóveis, de transportes e de administração de recursos humanos.

O detalhamento das atividades e operações especiais que compõem o Programa encontra-se no Quadro 6. A Ação Aquisição de Imóvel no Rio de Janeiro não foi prevista na LOA 2005, mas recebeu recursos e teve meta física estabelecida ao final do exercício, conforme apresentado no Quadro 13 da página 59.

Quadro 6 - Atividades e Operações Especiais do Programa Apoio Administrativo.

<b>Atividades</b>	
<b>Administração da Unidade</b>	
<i>Finalidade:</i>	Construir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos Orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em Programas ou Ações finalísticas
<i>Produto:</i>	Ação padronizada
<i>Meta Física :</i>	Ação padronizada
<i>Unidade de Medida:</i>	Ação padronizada
<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 357.366.421,00

## Quadro 6 - Atividades Projetos e Operações Especiais do Programa Apoio Administrativo.

(continuação)

<b>Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</b>	
<i>Finalidade:</i>	Proporcionar aos servidor, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
<i>Produto:</i>	Pessoa beneficiada <i>Unidade de Medida:</i> Unidade
<i>Meta Física :</i>	42.724 <i>Meta Financeira:</i> R\$ 17.139.211,00
<b>Auxílio – Transporte aos Servidores e Empregados</b>	
<i>Finalidade:</i>	Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
<i>Produto:</i>	Servidor beneficiado <i>Unidade de Medida:</i> Unidade
<i>Meta Física :</i>	5.827 <i>Meta Financeira:</i> R\$ 7.060.164,00
<b>Auxílio – Alimentação aos Servidores e Empregados</b>	
<i>Finalidade:</i>	Concessão do auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
<i>Produto:</i>	Servidor beneficiado <i>Unidade de Medida:</i> Unidade
<i>Meta Física :</i>	9.461 <i>Meta Financeira:</i> R\$ 14.954.435,00
<b>Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</b>	
<i>Finalidade:</i>	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
<i>Produto:</i>	Criança de 0 a 6 anos atendida <i>Unidade de Medida:</i> Unidade
<i>Meta Física :</i>	950 <i>Meta Financeira:</i> R\$ 1.014.600,00
<b>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>	
<i>Finalidade:</i>	Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<i>Produto:</i>	Servidor capacitado <i>Unidade de Medida:</i> Unidade
<i>Meta Física :</i>	2.568 <i>Meta Financeira:</i> R\$ 836.656,00
<b>Aquisição de Imóvel no Rio de Janeiro</b>	
<i>Finalidade:</i>	Adquirir o imóvel, atualmente alugado pelo IBGE, localizado à Rua General Canabarro 706, Maracanã, Rio de Janeiro - RJ.
<i>Produto:</i>	Imóvel adquirido <i>Unidade de Medida:</i> Unidade
<i>Meta Física :</i>	1 <i>Meta Financeira:</i> R\$ 11.440.000,00
<b>Operações Especiais</b>	
<b>Contribuição à Previdência Privada</b>	
<i>Finalidade:</i>	Assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada nos termos da Lei 8.020/90 e alterações.
<i>Meta Física : Ação Padronizada</i>	<i>Meta Financeira:</i> R\$ 11.000.000,00
<b>Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais</b>	
<i>Finalidade:</i>	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004
<i>Meta Física : Ação Padronizada</i>	<i>Meta Financeira:</i> R\$ 71.333.231,00

#### 2.2.4. Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa, de responsabilidade do Ministério da Previdência Social, objetiva assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes, garantindo a regularidade dos pagamentos dos benefícios. O detalhamento da operação especial Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis, encontra-se no Quadro 7.

Quadro 7- Operações especiais do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União

<i>Operações especiais</i>			
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis			
<i>Finalidade:</i>	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos da União ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.		
<i>Produto:</i>	Pessoa beneficiada	<i>Unidade de Medida:</i>	Unidade
<i>Meta Física:</i>	6.802	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 238.971.197,00

#### 2.2.5. Programa Operação Especial: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Este Programa objetiva realizar pagamentos de precatórios devidos pela da União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentenças Transitada em Julgado. O detalhamento da Ação Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas, encontra-se no Quadro 8.

Quadro 8 - Operações especiais que compõem o Programa Operação Especial:  
Cumprimento de Sentenças Judiciais

<i>Operações especiais</i>			
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas			
<i>Finalidade:</i>	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas		
<i>Meta Física:</i>	Ação padronizada	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 2.363.605,00

#### 2.2.6. Programa Operação Especial: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

Este Programa objetiva realizar pagamentos de amortização e encargos provenientes da contratação de dívida externa devidos pela da União, Autarquias e Fundações Públicas. O detalhamento da Ação Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa, encontra-se no Quadro 9.

Quadro 9 - Operações Especiais que compõem o Programa Operação Especial:  
Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)

<i>Operações especiais</i>			
Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa			
<i>Finalidade:</i>	Efetuar o pagamento de dívidas, por recebimento de créditos externos, mediante contrato.		
<i>Meta Física:</i>	Ação padronizada	<i>Meta Financeira:</i>	R\$ 389.431,00

## Indicadores ou Parâmetros de Gestão

Para avaliar o desempenho da gestão, quanto à eficácia, eficiência e efetividade no exercício de 2005, o IBGE utiliza seis indicadores, conforme detalhamento do Quadro 10.

Os indicadores Taxa de Resultados Alcançados e Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas objetivam a mensuração do fator eficácia. O cálculo da Taxa de Resultados Alcançados é de responsabilidade da Coordenação de Planejamento e Supervisão / Diretoria Executiva, que o executa à partir dos resultados de cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional. Quanto ao cálculo da Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas é de responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), que o executa a partir do número de usuários atendidos pela Ação Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas, informado pelo próprio CDDI.

Visando atender ao objetivo estratégico de “Manter o IBGE como centro de referência de informações estatísticas e geocientíficas, utilizando as mais modernas tecnologias de informação, atendendo com excelência os clientes e usuários” foi implantado à partir de 2004 o indicador Tempo Médio de Resposta que permite o acompanhamento da eficiência da Instituição no atendimento às solicitações feitas pelos usuários pelo correio eletrônico, por meio do endereço [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br). O cálculo desse indicador é de responsabilidade da Coordenação de Atendimento Integrado / Centro de Documentação e Disseminação de Informações, para o qual são consideradas as correspondências que apresentam uma resposta final e conclusiva ao usuário.

Os indicadores Taxa de Satisfação, Expectativa e Avaliação do Usuário têm como objetivo mensurar a efetividade da instituição no atendimento aos cidadãos-usuários. Esses indicadores são calculados a partir dos dados levantados na Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada desde o primeiro semestre de 2003, sob responsabilidade do Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Essa pesquisa é realizada no CDDI, Rio de Janeiro; e nos Setores de Documentação e Disseminação da Informação (SDDIs) do IBGE, localizados no Distrito Federal e nas demais capitais dos estados brasileiros. A coleta, com duração de um mês, é feita através do auto-preenchimento de um questionário, no qual os usuários atribuem notas (de zero a dez) que identificam a sua expectativa e avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados, de forma global e também para a cada uma das cinco dimensões da qualidade: conservação e limpeza do centro de atendimento, atendimento dos funcionários, capacidade dos funcionários, serviço ser feito corretamente e facilidade para conseguir o serviço. Nesse questionário o usuário estabelece uma priorização em função da importância (valor) atribuída por ele para cada uma dessas dimensões. A metodologia utilizada para a pesquisa é a American Consumer Satisfaction Index da Universidade de Michigan; SERVQUAL desenvolvido pelos especialistas Zeithaml, Parasuraman e Berry e

Common Measurement Tool do Centro Canadense de Gestão; e a entrada de dados e análise dos resultados são feitas com o uso do aplicativo Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS, versão 1.0, disponibilizado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

QUADRO 10. Indicadores de Desempenho

	INDICADOR / DESCRIÇÃO	ATRIBUTOS		
		FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE	PERIODICIDADE
E F I C Á C I A	<p>Taxa de Resultados Alcançados (<math>\overline{RA}</math>)</p> <p>A composição desse indicador tem como base as metas das Ações do Plano Plurianual -PPA, consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional, e é dado pela média aritmética do conjunto de resultados obtidos.</p>	$\overline{RA} = \frac{\sum \left( \frac{M_R}{M_P} \times 100 \right)}{n}$ <p><math>M_R</math> = metas realizadas  <math>M_P</math> = metas previstas  <math>n</math> = número de resultados obtidos</p>	%	Semestral
	<p>Taxa de Variação da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (<math>TDI</math>)</p> <p>À partir da obtenção do número índice e da variação percentual do número de usuários atendidos no ano em análise em relação ao ano anterior, é possível acompanhar a evolução do IBGE no que diz respeito a demanda por informações estatísticas e geocientíficas.</p>	$TDI = \left( \frac{NU_n}{NU_{n-1}} \times 100 \right) - 100$ <p><math>NU_n</math> = número de usuários atendidos no ano  <math>NU_{n-1}</math> = número de usuários atendidos no ano anterior</p>	%	Anual
E F I C I Ê N C I A	<p>Tempo de Resposta (<math>\overline{TR}</math>) - Médio</p> <p>Tempo médio de resposta (atendimento) às solicitações feitas pelos usuários por meio de correio eletrônico. Esse indicador permite avaliar mês a mês o desempenho do atendimento a essas demandas.</p>	$\overline{TR} = \frac{\sum T_i}{n}$ <p><math>\sum T_i</math> = somatório dos tempos de resposta a cada usuário atendido no mês  <math>n</math> = número de atendimentos realizados no mês</p>	Dias	Mensal
E F E T I V I D A D E	<p>Taxa de Satisfação do Usuário (<math>S</math>)</p> <p>Percentual alcançado pela avaliação do serviço em relação à expectativa de serviço, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi pior do que o esperado, e valores maiores ou igual a 100 indicam satisfação, quando os usuários consideram que o serviço recebido foi melhor ou igual ao esperado.</p>	$S = \frac{\overline{A}}{\overline{E}} \times 100$ <p><math>\overline{A}</math> = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>avaliação</i>  <math>\overline{E}</math> = média das notas dadas pelos usuários para o quesito <i>expectativa</i></p>	%	Semestral
	<p>Expectativa do Usuário (<math>\overline{E}</math>)</p> <p>Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que esperavam receber em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a expectativa possuíam antes de receber o serviço.</p>	$\overline{E} = \frac{\sum E_i}{n}$ <p><math>\sum E_i</math> = somatório da notas atribuídas à <i>expectativa</i> por cada usuário  <math>n</math> = número de questionários respondidos</p>	Pontos	Semestral
	<p>Avaliação do Usuário (<math>\overline{A}</math>)</p> <p>Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos indivíduos sobre o que efetivamente receberam em relação a um determinado serviço. Quanto maior a nota, maior a avaliação.</p>	$\overline{A} = \frac{\sum A_i}{n}$ <p><math>\sum A_i</math> = somatório da notas atribuídas à <i>avaliação</i> por cada usuário  <math>n</math> = número de questionários respondidos</p>	Pontos	Semestral

Fonte: Pesquisa de Satisfação dos Usuários - CDDI, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN e Avaliação de Desempenho Institucional.

## Análise Crítica dos Resultados

### 4.1. Análise dos Resultados por Programa e/ou Ação

As atividades desenvolvidas pelo IBGE são de fundamental relevância para a consecução do Plano Plurianual do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam a formulação do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazos, a avaliação dos impactos socioeconômicos de programas de governo, os estudos especiais em apoio às definições de políticas públicas, o acompanhamento sistemático da conjuntura econômica, o desenvolvimento de projetos que demandem referencial geométrico e de localização e a realização de estudos e pesquisas socioeconômicos, demográficos e ambientais.

Ademais, no contexto das orientações gerais que têm norteado as ações governamentais, o IBGE vem continuamente desenvolvendo esforços no sentido de avançar na qualidade de seu trabalho, com transparência em suas ações e modernização de seus processos para o melhor atendimento às demandas, tanto governamentais quanto da sociedade em geral.

A seguir é descrita a produção do IBGE ao longo do exercício de 2005, referente às atividades dos programas institucionais, às ações do IBGE desenvolvidas nas áreas de capacitação do servidor público, e ensino de graduação e pós-graduação em Estatística e Geociências.

#### 4.1.1. Resultados do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

O Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas, que objetiva fornecer informações de natureza estatística – econômicas e sociodemográficas, geográficas, de recursos naturais e meio ambiente, manteve ao longo de 2005 as ações regulares de produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas conjunturais, estruturais, e de análises geográficas e ambientais.

As pesquisas conjunturais, fundamentais para as ações governamentais a curto prazo, alcançaram 99,29% de execução física, com a divulgação de 140 resultados dos 141 previstos. Isto deve-se ao fato de no mês de dezembro não ter sido divulgado o resultado referente ao 2º Prognóstico Safra 2006, devido à implantação de uma nova sistemática de divulgação de estimativas de safra agrícola. Esta meta foi reprogramada para janeiro de 2006.

Merecem destaque algumas outras atividades que vêm propiciar o aprimoramento da qualidade das estatísticas produzidas, permitir a maior agilidade na divulgação dos resultados e ampliar, através da expansão da abrangência geográfica e da incorporação de novos temas, a gama de informações

a ser disponibilizada para o maior conhecimento da realidade do País em suas dimensões sociodemográfica e econômica.

No âmbito das estatísticas de natureza sociodemográfica, destaca-se, a cada ano, pela riqueza de informações que levanta e disponibiliza, a realização e a divulgação de resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Com a publicação “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 - Volume Brasil”, o IBGE divulgou os resultados da PNAD que, pela primeira vez, abrangem todo o território nacional, com a inclusão da área rural dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Além desse volume, como ocorre anualmente, também foi divulgada a “Síntese de Indicadores”, que apresenta resultados selecionados da pesquisa referentes a 2003 e 2004, bem como indicadores retrospectivos de rendimento relativos ao período de 1994 a 2004, para o conjunto do País e Grandes Regiões.

Produto de convênio firmado entre o Ministério da Saúde e o IBGE, foi ainda divulgado, no âmbito da PNAD, o volume “Acesso e Utilização de Serviços de Saúde 2003”, tema suplementar que apresenta um perfil das necessidades em saúde no país, partindo da auto-avaliação das pessoas sobre o seu estado de saúde, existência de doenças crônicas, restrição a atividades habituais, acesso e utilização dos serviços, tipos de cobertura dos planos de saúde e atendimento no Sistema Único de Saúde – SUS.

Na PNAD, que foi a campo em 2005, cabe destacar a investigação sobre o acesso da população às novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), especialmente à Internet, realizada através de módulo suplementar à pesquisa. Essa investigação é fruto de convênio com o Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, criado por Portaria Interministerial, em 1995, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país. A divulgação dos resultados desse suplemento está prevista para o final de 2006.

Ainda no campo das informações de natureza sociodemográfica, merece destaque a divulgação da “Síntese de Indicadores Sociais 2004”. Elaborada, principalmente, a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2003, este trabalho reúne um significativo conjunto de indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre saúde, educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, grupos populacionais específicos e trabalho de crianças e adolescentes, entre outros aspectos. A elaboração e sistematização dos indicadores atende a recomendações internacionais e contribui para a compreensão das modificações do perfil demográfico, social e econômico da população.

Como integrante do Grupo de Trabalho encarregado da definição de linhas de indigência e pobreza, coordenado pela Casa Civil, o IBGE, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, deu continuidade aos trabalhos, no momento, voltados para a implementação de metodologia de cálculo de linha de

pobreza absoluta, inicialmente proposta pelo IPEA, baseada nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003 e da PNAD. O resultado desse projeto deverá ser uma medida de linhas de indigência e de pobreza para o Brasil, que devem ser produzidas para atender a vários objetivos, entre eles a realização de estudos e pesquisas; acompanhamento da evolução da pobreza no País; e apoio à implementação de programas e ações governamentais voltados para famílias de baixa renda, como é o caso do Programa Bolsa-Família do MDS. Dentre os princípios gerais que norteiam o processo de definição das linhas de indigência e pobreza, destacam-se: a busca pelo maior grau de precisão, robustez e atualidade das linhas e das estimativas; a procura pelo menor nível de arbitrariedade possível em cada um dos passos metodológicos; a busca pelo maior grau de “replicabilidade” das linhas e das estimativas por parte do interessado; a promoção da discussão do tema, seja com representantes do Estado, seja com representantes da sociedade civil.

Objetivando o aprimoramento das estatísticas sociodemográficas, vem sendo desenvolvido o projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, que tem como objetivo integrar as pesquisas domiciliares já existentes (PNAD, Pesquisa Mensal de Emprego – PME, POF, Pesquisa de Economia Informal Urbana – ECINF) e atender a demandas já identificadas e ainda não atendidas. Atualmente, os trabalhos estão sendo desenvolvidos em duas vertentes. Uma dedicada a estudar métodos estatísticos para o desenho de uma amostra mestra para o sistema. Outra que cuida, além do conteúdo temático das investigações, dos demais aspectos necessários para a definição de um sistema integrado de pesquisas domiciliares amostrais.

Outra importante iniciativa do IBGE no campo das estatísticas sociodemográficas refere-se ao projeto de Estudos de Modalidades Alternativas de Censos Demográficos - EMACD, que tem como objetivo promover o estudo e a avaliação de tais métodos no contexto brasileiro. O desenvolvimento do projeto tem sua origem fundamentada na atual discussão internacional sobre a utilização de métodos alternativos como forma de enfrentar o desafio que se coloca para os institutos nacionais de estatística de todo o mundo que é o de produzir informação sempre atualizada, com grande detalhamento geográfico e temático, sob a constante pressão de redução de custos e otimização de despesas. Nesse sentido, a Divisão de Estatística das Nações Unidas está incorporando às recomendações internacionais sobre censos de população e habitação a conveniência de realizar estudos focados na implantação de modalidades alternativas de censo nos países e, sem abandonar o censo tradicional, buscar caminhar no sentido do modelo alternativo. Para desenvolver o projeto no IBGE, foram criados grupos de trabalho que cuidam de vários aspectos: base territorial e cadastro de endereços; desenho conceitual; amostragem, estimação e acumulação de informações; integração censo demográfico e pesquisas domiciliares; além de grupo gerencial voltado para preparar uma proposta de nova estruturação da rede de agências de coleta de informações, tendo em vista não apenas a hipótese de adoção de um modelo alternativo de Censo Demográfico, mas também para atender à ampliação já prevista das seguintes pesquisas: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor-SNIPC, Pesquisas de Orçamentos Familiares-POF, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio-PNAD e Pesquisa Mensal de Emprego-PME.

Diante da escassez e da dispersão de informações sobre a oferta de serviços de assistência social no Brasil, o IBGE, através de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, deu início às etapas preparatórias para a realização da Pesquisa sobre as Entidades Sem Fins Lucrativos da Assistência Social – PEAS. Essa pesquisa tem por objetivo o conhecimento da estrutura e funcionamento das instituições sem fins lucrativos de Assistência Social, com informações suficientes para a sua caracterização, visando subsidiar a implantação do novo modelo de gestão da Assistência Social.

Outra iniciativa voltada para o conhecimento da questão da assistência social no País, advém de outra parceria com o MDS, neste caso para a aplicação de um bloco suplementar de quesitos sobre Assistência Social no âmbito da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. Com essa investigação, será possível obter um maior detalhamento das informações relativas aos recursos humanos vinculados à atividade pesquisada, à articulação institucional com o Conselho da área, à legislação municipal, às fontes de recursos públicos para a área, aos convênios e parcerias realizados, às ações, projetos e programas existentes e às instalações e aos serviços prestados.

Com o objetivo básico de revelar o perfil da capacidade instalada em saúde no Brasil, foi realizada, em 2005, a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS, que investigou todos os estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, com ou sem internação, em todo território nacional. A pesquisa foi realizada através de Convênio firmado, em 2004, com o Ministério da Saúde e a divulgação de resultados está prevista para o próximo ano.

Buscando o diagnóstico da realidade da produção e do consumo de cultura no país, através de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Cultura, o IBGE deu continuidade aos estudos com vistas à construção do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que servirá como base para a formulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública e também como fonte de informação consolidada para os usuários em geral. O projeto consiste no levantamento e sistematização das bases de dados do IBGE, a partir das diversas pesquisas que tratam direta ou indiretamente de aspectos que podem ser relacionados com a cultura.

Também foram a campo o Suplemento de Esporte 2004, que integra a Pesquisa de Informações Básicas Municipais e a Pesquisa de Esporte 2004 – Governo do Estado, que objetivam levantar junto às prefeituras e aos governos estaduais vários aspectos ligados à atividade, como os recursos humanos utilizados na gestão de esporte; as articulações institucionais, nas esferas municipal e estadual, visando o desenvolvimento de políticas de atividades relacionadas ao esporte; aspectos atinentes à legislação esportiva; convênios e parcerias; ações, projetos e programas governamentais; eventos e modalidades esportivas; instalações e equipamentos esportivos existentes ou em construção. As informações pesquisadas, a serem divulgadas no próximo ano,

contribuirão para a elaboração de um amplo diagnóstico sobre o esporte no país e para a formulação e implementação de políticas públicas para o setor.

No contexto da exploração dos dados oriundos do questionário da amostra do Censo Demográfico 2000, o IBGE lançou mais um volume da série “Tendências Demográficas”, dessa vez com estudo dedicado à população indígena. A publicação, intitulada “Uma análise dos indígenas com base nos resultados dos Censos Demográficos 1991 e 2000”, traz estudo que tem como eixo central uma análise comparativa e de tendência da população que se declarou como indígena nos questionários da amostra dos respectivos Censos. Os aspectos levantados estão relacionados às características espaciais, demográficas e socioeconômicas da população indígena, a partir da introdução da categoria no quesito Cor ou Raça nos questionários da amostra do Censo Demográfico de 1991. O trabalho objetiva contribuir como referencial para a inclusão dos indígenas nas estatísticas sociodemográficas oficiais e para a consequente definição de políticas públicas destinadas a promover a melhoria das condições de vida desta população, como também para o aperfeiçoamento das pesquisas censitárias deste segmento populacional.

No que se refere às informações sobre o setor informal da economia do País, cabe mencionar a divulgação dos resultados da Pesquisa de Economia Informal Urbana – ECINF 2003, que enfocam a situação dos pequenos empreendimentos não-agrícolas, em especial aqueles pertencentes ao setor informal, abrangendo trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados, no território nacional urbano. Os resultados permitem identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas não captadas ou apenas parcialmente captadas pelas fontes estatísticas disponíveis; dimensionar o peso real destas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento; ampliar a base de informações necessárias para o Sistema de Contas Nacionais; e subsidiar os estudos sobre condições de trabalho e remuneração, em particular aqueles relacionados às situações de pobreza urbana no país. A ECINF 2003 foi realizada a partir de convênio de cooperação técnica com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

As informações conjunturais sobre o mercado de trabalho, advindas da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, foram objeto de aprimoramento através de estudos metodológicos com vistas ao tratamento sazonal e à imputação de rendimentos. Os resultados com esses aprimoramentos serão divulgados em 2006.

No campo das estatísticas da agropecuária, merece destaque a implantação, em final de 2005, da nova sistemática de divulgação das estimativas de safra agrícola, que visa à antecipação da publicação nacional dos indicadores conjunturais produzidos mensalmente pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA. Com a nova sistemática, os dados preliminares da safra passam a contar com uma publicação nacional na primeira semana do mês subsequente através da

série Indicadores IBGE. Com essa sistemática, os dados agregados nacionais de conjuntura agrícola passam a ser disseminados mais cedo, juntamente com a divulgação de dados estaduais.

Ademais, atendendo às demandas de usuários tradicionais da pesquisa Produção Agrícola Municipal – PAM, em 2005, o IBGE passou a divulgar, em junho, a publicação denominada “Produção Agrícola Municipal: Cereais, Leguminosas e Oleaginosas”, referente ao ano civil anterior, antecipando, assim, a liberação dos resultados desses produtos (algodão arbóreo e herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, sorgo granífero e trigo), comumente chamados “grãos”. Desta forma, a divulgação desse importante grupo de produtos agrícolas torna-se mais oportuna, oferecendo informações em nível municipal, num menor espaço de tempo. Tais estatísticas estão sujeitas à revisão e são divulgadas em caráter definitivo na publicação completa da PAM ao final do exercício.

O IBGE foi convidado a participar da coordenação do Projeto GEOSAFRAS da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. O principal objetivo do projeto é contribuir para a modernização das metodologias de estimativas de safras e de estatísticas agrícolas nacionais. São dois grandes segmentos: um relativo a estimativas de área das principais culturas e outro desenvolvendo trabalhos relacionados a métodos de estimativas de produtividade destas culturas. O programa conta com a participação de várias instituições federais e estaduais.

Com relação às informações para a indústria, é importante mencionar a divulgação de resultados da segunda Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica – PINTEC que foi a campo em 2004, tendo 2003 como ano de referência das informações. A PINTEC contou com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O objetivo básico foi mensurar o volume de recursos financeiros e humanos destinados às atividades de pesquisa, com o propósito de dimensionar o esforço da indústria brasileira em promover a inovação tecnológica. A PINTEC 2003 apresenta indicadores alinhados a padrões metodológicos internacionais e contribui para ampliar o entendimento do processo de desenvolvimento industrial, possibilitando a comparabilidade com dados de outros países.

No que se refere às informações sobre o setor de serviços e de comércio, foram realizadas novas atividades. A Pesquisa Mensal de Comércio – PMC passou a divulgar a série de índices com ajuste sazonal para o Brasil e Unidades da Federação, permitindo o acompanhamento da evolução do volume de vendas e da receita para variações mês/mês. Além disso, dando prosseguimento ao projeto de implantar, gradativamente, no período 2004 – 2007, a partir da Pesquisa Anual de Serviços – PAS, levantamentos sobre os produtos do setor serviços, foi implantado o Suplemento sobre os Serviços de Publicidade e Propaganda.

No sentido do aprimoramento do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, é importante registrar a divulgação das novas estruturas de ponderação do SNIPC, obtidas a partir do

levantamento realizado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, e cuja implantação está prevista para julho de 2006. Com a ampliação de sua cobertura, passando a ter representatividade para Brasil, Grandes Regiões (área urbana e rural), Unidades da Federação (área urbana) e Municípios das Capitais (área urbana), a POF permitirá, também, a ampliação da abrangência geográfica dos índices produzidos pelo SNIPC que, através de implantação gradativa, passarão a ser produzidos para todas as Unidades da Federação. Hoje, os índices são disponibilizados para as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia.

Cabe destacar que a POF tem por objetivo fornecer informações sobre a composição orçamentária doméstica, a partir da investigação dos hábitos de consumo, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas. Além de permitir a atualização da cesta de consumo com vistas à obtenção de estruturas de ponderação para os índices de preços ao consumidor e o conhecimento de aspectos relevantes relacionados à nutrição, a última POF, realizada em 2002/2003, constitui-se em fonte relevante para o conhecimento da percepção das condições de vida da população brasileira. Por sua importância, no âmbito do projeto do Banco Mundial “Empréstimo de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano - HDTAL”, está prevista a implantação de programa que prevê a realização especial da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF em 2006-2007, caso o projeto seja aprovado em tempo hábil.

No contexto das Contas Nacionais, cabe destacar, a princípio, a continuidade dos trabalhos voltados à mudança de base do Sistema de Contas Nacionais do Brasil para o ano 2000. Esta mudança encontra-se apoiada em amplo sistema de dados econômicos obtido, principalmente, através das pesquisas econômicas anuais do IBGE, que compreende a maior parte das atividades econômicas do País. São elas: Pesquisa Anual de Comércio – PAC, Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, Pesquisa Anual de Serviços – PAS, Pesquisa Industrial Anual – PIA Empresa e Pesquisa Industrial Anual – PIA Produto. Este sistema compreende ainda os Censos Agropecuário de 1995-1996 e Demográfico 2000, e pesquisas de periodicidade mais ampla, como a Pesquisa de Consumo Industrial de 1998, a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002-2003 e a Economia Informal Urbana – ECINF 2003. Foram incorporadas também as informações provenientes da declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para complementação do universo e confronto de valores com as pesquisas do IBGE. No âmbito desse projeto merece ser mencionado o investimento do IBGE no sentido de promover seminários para a imprensa e os usuários, com o objetivo de informar sobre o atual estágio do projeto e as principais mudanças que estão sendo avaliadas.

Ainda no contexto das Contas Nacionais, o IBGE promoveu o desenvolvimento de trabalhos para a elaboração de Contas Satélites, mecanismo estatístico que tem como finalidade verificar a real participação de um setor na formação econômica de um país, seja através da sua participação na

composição do Produto Interno Bruto - PIB, seja através da incidência do setor em outros segmentos econômicos. Portanto, a implantação de Contas Satélites contribui para dimensionar a real influência do setor na economia nacional, oferecendo dados que permitem medir e comparar as riquezas geradas pelo setor em questão com a de outros setores produtivos. Em conjunto com o Ministério da Saúde e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o IBGE deu continuidade aos trabalhos de desenvolvimento da metodologia para elaboração da Conta Satélite de Saúde. No âmbito do projeto de implantação da Conta Satélite de Turismo, projeto desenvolvido em parceria com o Ministério do Turismo e a EMBRATUR, a equipe responsável pelo projeto realizou uma análise das pesquisas do IBGE e de outras fontes de dados, com o objetivo de avaliar os dados pertinentes a oferta e demanda turística no País.

Contribuindo para a produção, sistematização e disseminação de estatísticas em nível municipal, o IBGE divulgou, pela primeira vez, as estimativas do Produto Interno Bruto dos Municípios, de 1999 a 2003, com análise de resultados que procura destacar alguns aspectos econômicos de abrangência nacional e regional. Foram divulgados o valor adicionado da agropecuária, da indústria e dos serviços além do PIB a preços de mercado e do PIB *per capita*. As estimativas do PIB dos Municípios é parte do projeto de Contas Regionais que vem sendo desenvolvido em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e com apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. O projeto de Contas Regionais já vem divulgando, anualmente, o PIB por unidade da federação, possibilitando, assim, o conhecimento da evolução da capacidade competitiva das economias estaduais e a composição setorial e regional do PIB nacional. Em 2005, foi divulgado o ano de 2003, em publicação que reúne informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto - PIB de cada unidade da federação, calculado a partir de estatísticas sobre o valor anual da produção, consumo intermediário e valor adicionado de cada atividade econômica, de acordo com a metodologia também utilizada para o cálculo das Contas Nacionais

Ainda no campo das informações municipais, através da publicação “Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública”, 2002 e 2004, foram divulgados os resultados obtidos através da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, que levanta informações junto às Prefeituras de todos os municípios do País. No caso do volume sobre Gestão Pública, a investigação versou sobre aspectos tais como: quadro de servidores públicos municipais, modernização da administração tributária, estrutura administrativa, segurança pública, programas ou ações na área da habitação, características dos Conselhos de Crianças e Adolescentes e outros.

Com os resultados obtidos através do Suplemento de Meio Ambiente da MUNIC, realizado através de parceria com o Ministério do Meio Ambiente, foi lançado o volume “Perfil dos Municípios Brasileiros – Meio Ambiente 2002”. Nessa publicação, as informações estão organizadas de acordo com os eixos temáticos definidos na pesquisa. O primeiro, diz respeito à institucionalização da questão ambiental nas administrações municipais; o segundo, desenvolve um diagnóstico do estado

do meio ambiente no município a partir da percepção do gestor ambiental e explora a relação entre mortalidade na infância e um conjunto de alterações ambientais relevantes. As informações divulgadas fornecem subsídios importantes à formulação de políticas públicas voltadas a um novo padrão de desenvolvimento sustentável.

Em 2005, o IBGE continuou a avançar no sentido da estruturação e comparabilidade, inclusive internacional, das informações da área econômica através dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, que é a classificação adotada na produção e disseminação de estatísticas econômicas e na organização de cadastros da Administração Pública do País. A revisão da estrutura da CNAE foi amplamente discutida com entidades externas, privadas e públicas, tais como associações empresariais, órgãos de representação, órgãos setoriais, institutos de pesquisa, etc., chegando-se, ao final do ano, à definição da nova estrutura praticamente fechada. A versão 2.0 da CNAE deverá ser aprovada pela Comissão Nacional de Classificação – Concla e oficializada com a publicação no Diário Oficial da União no segundo semestre de 2006, entrando em vigor a partir de 2007. No contexto da Concla, através da Subcomissão Técnica da CNAE-Fiscal, a discussão da revisão e implementação da nova versão da CNAE-Fiscal, que acompanha a evolução da CNAE, é estendida aos usuários da administração pública nas três esferas de Governo: federal, estadual e municipal. Ainda em 2005, deu-se início à discussão da estratégia de implementação da CNAE 2.0, o que incluiu a abertura de canal de comunicação com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE para a definição do calendário e estratégia de implementação da CNAE 2.0 na RAIS e no CAGED, principais fontes de atualização do Cadastro Central de Empresas do IBGE.

No âmbito da divulgação dos procedimentos adotados pelo IBGE no processo de produção de informações de natureza estatística, visando à maior transparência para seus usuários, em particular, e para a sociedade, em geral, foram divulgados os seguintes volumes da Série Relatórios Metodológicos: “Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Método de Cálculo dos Itens Sazonais Alimentícios” e “Pesquisa Anual de Serviços”.

Atendendo à solicitação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, o IBGE, juntamente com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, do MP, e a Diretoria Social do IPEA, definiu um conjunto de indicadores de avaliação de desempenho para o acompanhamento dos desafios do Plano Plurianual – PPA 2004-2007 do Governo Federal, referentes ao Megaobjetivo 1 (Inclusão social e redução das desigualdades sociais) e ao Megaobjetivo 2 (Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais) do Plano. Os indicadores foram calculados pelo IBGE tendo como fonte as suas pesquisas institucionais.

No âmbito da Ação Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, deu-se continuidade ao desenvolvimento dos trabalhos com vistas à atualização sistemática de textos e cartas dos temas

de geologia, vegetação, geomorfologia, solos, recursos hídricos e climas, com o objetivo de se constituir o Banco de Dados Georreferenciados de Recursos Naturais, bem como a análise das informações sobre a organização do território – subsídio fundamental às atividades de planejamento atendendo às demandas de informações espaciais.

Dentre os trabalhos produzidos, destacam-se o Volume 35 da Série Levantamento de Recursos Naturais, elaborada pelo Projeto RADAMBRASIL, Mapa do Estado de Roraima, escala 1:1.000.000 (Cobertura e Uso da Terra, Geologia, Geomorfologia, Solos e Vegetação), Mapa do Estado do Acre, escala 1:1.000.000 (Geologia, Geomorfologia, Solos e Vegetação), 20 Mapas Temáticos de Recursos Naturais da Amazônia Legal com banco de dados associados, escala 1:1.000.000 (geologia, geomorfologia, solos e vegetação - 5 folhas de cada tema), Mapa do Rio Grande do Norte, escala 1:500.000 (Hidroquímica e Hidrogeologia), 1 Carta de Hidroquímica da Região Nordeste, escala 1:250.000, 1 Carta de Hidrogeologia da Região Nordeste, escala 1:250.000, Mapa da Fauna Ameaçada de Extinção – Aves, escala 1:5.000.000, 2 Relatórios do Potencial Florestal do estado do Acre e de Roraima, Relatório da Cobertura e Uso da Terra do estado de Roraima, 4 Cartas da Cobertura e Uso da Terra do estado do Pará, escala 1:250.000, 16 Cartas da Cobertura e Uso da Terra do estado do Amapá, escala 1:250.000.

Na área de Geografia, destaca-se o CD-ROM de Mapas Murais da Amazônia Legal - escala 1:3.500.000, que tem por objetivo aprofundar o conhecimento da Amazônia Legal no que se refere à dinâmica de ocupação deste território. O CD-ROM é composto de 10 mapas temáticos (Político, Fronteira Agrícola, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Demografia, Urbanização, Indústria e Serviços, Agropecuária, Saúde, Educação e Infra-estrutura). Cada um dos mapas temáticos é acompanhado de textos explicativos. Cabe destacar, ainda, o Mapa da Infra-Estrutura de Transportes 2005 – Brasil – escala 1:6.000.000. Este produto, divulgado na internet, objetiva retratar as redes de transportes, portos, aeroportos e unidades de estocagem.

Finalização do volume sobre Regiões do Sul do Brasil do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, que identifica e mapeia, com base em obras da literatura nacional, as regiões culturais brasileiras. Ao longo de 2005 foi finalizada a metodologia para a identificação de regiões geográficas em obras da literatura brasileira. Também foram selecionados e lidos romances que retratam regiões geográficas do Paraná e de Santa Catarina, a partir dos quais foram identificadas e mapeadas as regiões Norte Paranaense e Vale do Itajaí.

Conclusão do Atlas Digital – 2ª.Edição, contendo mapas, gráficos e textos explicativos dos temas: Política, Meio Ambiente e Recursos Naturais, Demografia, Urbanização, Indústria e Serviços, Agropecuária, Saúde, Educação e Infra-estrutura. Representa a atualização do Atlas Nacional Digital do Brasil, lançado em 2004, tendo como objetivo a análise do conjunto de informações atualizadas sobre a sociedade e o território brasileiro.

Em 2005 foram atendidas as seguintes demandas do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão:

- Desenvolvimento e confecção de um mapa mural com os projetos constantes da agenda de implementação consensual da “Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA 2005–2010)”.
- Desenvolvimento e implantação do projeto: “Sistema de Análise Territorial dos Projetos de Infra-estrutura do PPA”, de modo a permitir o monitoramento da evolução dos projetos de infraestrutura constantes do Plano Plurianual, avaliando seus desdobramentos sobre o território e representando-os em escalas adequadas. A atividade encontra-se paralisada aguardando definição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quanto às atividades desenvolvidas na Ação Mapeamento Topográfico de Referência, que buscam avançar no conhecimento do território brasileiro em nível de detalhe e precisão adequados ao ritmo de crescimento e diferenciação da demanda por informações espaciais, cabe ressaltar a elaboração das seguintes informações cartográficas digitais: 300 Folhas Topográficas Raster a partir dos originais (fotolitos) – formato TIF, 300 Folhas Topográficas Raster – formato PDF, 20 Folhas Topográficas Vetoriais Editoradas, 25 Folhas Topográficas Vetoriais Restituídas, 100 Ortofotomosaicos na escala 1:25.000, 3 mapas Estaduais - Bahia, Maranhão e Mato Grosso do Sul, 2 Mapas Regionais – Região Sul e Região Norte, 8 Cartas Planimétricas e 8 Cartas-Imagem da região do Vazio Cartográfico da Bahia.

Além disso, em 2005, deu-se continuidade à atualização do Manual de Reambulação (atividade que objetiva a identificação dos topônimos e outros elementos que constituem a folha topográfica) visando sua disseminação à comunidade em 2006, representando a melhoria dos procedimentos de campo, adequando metodologias associadas aos trabalhos de apoio suplementar e reambulação. Destaca-se, ainda, o desenvolvimento conjunto entre o IBGE e a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército – DSG, da consolidação das especificações para produção cartográfica do Projeto Base da Amazônia 1:100.000, do Ministério do Meio Ambiente - MMA, base integrada e com Banco de Dados, estruturada para SIG (Sistema de Informações Geográficas), na escala 1:100.000 da Amazônia Legal.

No Mapeamento Topográfico foram relevantes os dois trabalhos de reambulação cobrindo uma área de 2.208km<sup>2</sup> correspondente a 13 folhas topográficas na escala 1:50.000, bem como a conclusão da aerotriangulação e ajustamento de 59 folhas, envolvendo áreas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, desenvolvidas no âmbito do projeto SP/MG/GO (Figura 1). O Projeto concluiu em 2005 a restituição de 15 folhas topográficas - em fase de validação, compreendendo uma área de aproximadamente 11.040km<sup>2</sup> e a entrega para disseminação de 210 fotografias aéreas com seu respectivo fotoíndice e 100 ortomosaicos na escala 1:25.000 cobrindo uma área de 18.400km<sup>2</sup>.



Figura 1

Cabe ressaltar, ainda, a aquisição de fotografias aéreas existentes que servirão de insumos para o novo mapeamento em áreas dos estados de Santa Catarina e São Paulo. Para Santa Catarina (Figura 2) foram adquiridas 690 fotografias e realizadas duas campanhas de apoio de campo, cobrindo uma área de 13.400km<sup>2</sup>, correspondente a 76 folhas na escala 1:25.000. Para 2006, estão previstas as etapas de aerotriangulação, duas campanhas de reambulação com 15 folhas por campanha cobrindo uma área de 5.520km<sup>2</sup>. Para São Paulo, as fotografias adquiridas servirão de insumo para o novo mapeamento que será constituído de 60 folhas topográficas na escala 1:25.000 para a área 1 (Figura 3) e 33 folhas da mesma escala para o projeto da área 2 (Figura 4). Para 2006, serão realizadas 2 campanhas de apoio de campo para cobrir os dois projetos e o início da etapa de aerotriangulação da área 1.



Figura 2

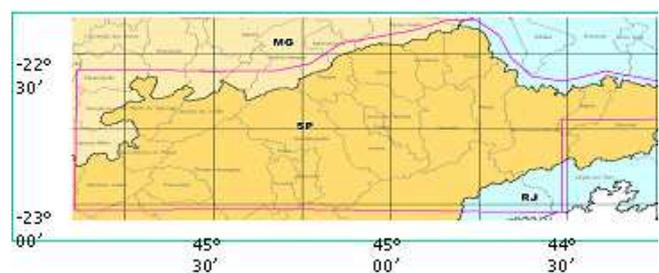


Figura 3

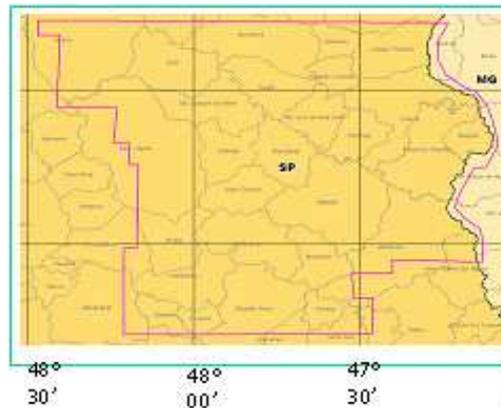


Figura 4

Em convênio com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA) foram concluídos os trabalhos relativos ao Vazio Cartográfico da Bahia sendo disponibilizadas oito cartas planimétricas e oito cartas-imagem (Figuras 5 e 6), tendo como insumo imagens do sensor SPOT4. Ainda com relação ao mapeamento de vazios cartográficos foram executadas uma campanha de apoio de campo e reambulação cobrindo os municípios em destaque no cartograma (Figura 7). Em gabinete foram feitas ortorretificação de imagens para cobertura de cartas planimétricas, extrações de feições e edição da reambulação de 8 folhas na escala 1:100.000, cobrindo uma área de 24.000km<sup>2</sup> em parte dos Estados do Maranhão e Pará.

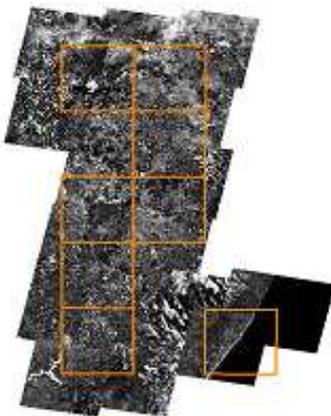


Figura 5



Figura 6



Figura 7

No que diz respeito à conversão de cartas e mapas foram validadas 61 folhas em atendimento ao convênio com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA), finalizando a entrega e, 41 do convênio com o Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo - IGC/SP. Quanto à vetorização de cartas topográficas, na escala 1:250.000, foram vetorizadas 4 folhas da atividade de Sistematização das Informações sobre Recursos Naturais - SINRN, fruto do treinamento realizado em 2004, solicitado pela Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais – CREN, para utilização do software I/Geovec. Para 2006, a previsão é de vetorização e validação de 10 folhas 1:250.000 do Projeto SINRN, validação de 40 folhas do IGC/SP e 75 da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI/SC.

Quanto ao Mapeamento Municipal, em 2005 foi atualizada e consolidada a malha municipal, visando a disseminação dessa informação em 2006. Deu-se prosseguimento ao desenvolvimento e instalação em todas as Unidades Estaduais do programa de Elaboração de Mapeamento Municipal Digital - SISCART na versão 2.80 e SISCART AT - que viabiliza a incorporação das atualizações de campo em todos os setores de Base Operacional, bem como todas as Gerências de Geodésia e Cartografia - GGC – coordenadores do processo de atualização da Base Territorial - BT. Foram atualizados em campo 2.300 municípios e, em gabinete, todos os 5.564 municípios brasileiros. Os estudos para elaboração de bases municipais com insumos de imagens e ortofotos, bem como a atualização a partir de informações de campo e sinalização em Gabinete, iniciados em 2004, foram implementados e já produzem mapas municipais digitais atualizados para o planejamento das malhas de setores para apoio às pesquisas do IBGE. Para 2006, a Coordenação do Censo Vertente Rural, fará novas supervisões e, implementará um sistema de treinamento e capacitação para a produção de bases para a Contagem da População e Censo Agropecuário em 2007.

Em relação ao Mapeamento Geográfico, foram produzidos e disponibilizados à sociedade, através da internet, os mapas estaduais políticos da Bahia, Maranhão e Mato Grosso do Sul, além dos Mapas da Região Sul e Norte (Figura 8). Foi elaborado o Mapa da América do Sul, na escala 1:7.000.000 contendo os eixos de integração, em atendimento à solicitação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Já em fase de preparo para disseminação junto à sociedade, estão os Mapas do Brasil na escala 1:2.500.000 e 1:5.000.000 com banco de dados.



Figura 8

A manutenção do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) está diretamente ligada à implantação e conservação das estações geodésicas – base para o mapeamento e diversas obras de engenharia. Para tanto foi dada continuidade às tarefas de implantação e manutenção das estações, distribuídas nas redes passivas do SGB – planimétricas, altimétricas e gravimétricas, e nas redes ativas – Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do Sistema GPS (RBMC) e Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RMPG).

A implantação das redes passivas consiste em construção, medição, processamento e disponibilização de dados da estação geodésica para o usuário através do Banco de Dados Geodésicos. Em 2005 foram apresentados os seguintes resultados:

#### Inclusão de novas estações no SGB

Estações	Construção	Medição	Cálculo
Planimétricas	54	121	170
Altimétricas	108	524	288
Gravimétricas	320	453	633

#### Visão geral do estado de conservação das estações visitadas

Em boas condições	Destruídas
1.667	1.125

Ainda referente às estações passivas, ao longo de 2005 foram realizadas diversas atividades, dentre as quais destacam-se: o cálculo de estações geodésicas levantadas por Instituições diversas visando à homologação das estações e sua incorporação ao SGB; o cálculo da Rede GPS do Ceará medida em 2004; a medição da Rede GPS do Nordeste englobando os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; a determinação da lateral marítima no Chuí entre Brasil e Uruguai, demandada pelo Ministério das Relações Exteriores; a densificação altimétrica em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Distrito Federal, Amapá e Goiás; controle geodésico das estações da RMPG de Imbituba-SC, Macaé-RJ e Santana-AP; o início do novo ajustamento altimétrico, onde foram ajustadas 14.569 estações pertencentes aos macro circuitos da rede principal; e a densificação gravimétrica no Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Espírito Santo.

Em relação à manutenção das estações – o que significa manter o banco de dados geodésicos atualizado com informações relativas ao estado de conservação das estações bem como sua localização para facilitar a sua recuperação pelos usuários, os técnicos das agências do IBGE - distribuídas por todo território, estão sendo treinados conforme prevê o Projeto de Verificação da Realidade Física dos Marcos do SGB – VRF. Nesse contexto, cabe ressaltar o treinamento dos técnicos de Goiás, Sergipe e Mato Grosso do Sul, bem como a conclusão das atividades de VRF nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Foram visitadas 2.792 estações geodésicas.

Ainda no contexto dos trabalhos da área de geodésia, referentes às estações ativas do SGB, destacam-se os seguintes resultados:

**Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo**

Estações em operação	Arquivos coletados	Arquivos criticados	Arquivos disponíveis na Internet	Manutenção de estações	Estações Instaladas
19	5.136	5.136	5.065	3	5

**Rede Maregráfica Permanente para Geodésia**

Estações em operação	Dados coletados		Arquivos disponíveis na Internet	Manutenção de estações	Estações Instaladas
	Maregráficos	Meteorológicos			
4	1.010	428	891	4	1

Ainda no que tange as estações ativas, em 2005 destacam-se as seguintes atividades:

- Instalação de 5 novas estações que se encontram em fase de teste: Porto Velho-RO, Macapá-AP, Manaus-AM, Cananéia-SP e Ubatuba-SP;
- Continuação da operação, nas dependências da Coordenação de Geodésia - CGED, de uma estação- protótipo para monitoramento do sinal GPS em tempo real. Esta estação, denominada RIO1, pertence à Rede Mundial de Correção em Tempo Real do Sinal GPS e servirá de referência à modernização da RBMC;
- Instalação e operação da Estação da RMPG em Santana-AP, porém seus dados não estão disponíveis para os usuários, pois a estação está em fase de teste.

No Projeto *Royalties* do Petróleo foram elaborados 3 relatórios para Agência Nacional de Petróleo – ANP, identificando os estados e municípios beneficiários dos *royalties* do petróleo produzidos na plataforma continental brasileira; e realizados 15 atendimentos a sociedade com questionamentos sobre a definição das áreas beneficiárias. Destacam-se também as atividades de pesquisa dentro do projeto, em especial o estudo de alternativas ao sistema atual dos *royalties* do petróleo, e a revisão das coordenadas de origem das linhas delimitadoras municipais na plataforma continental brasileira.

Em 2005 foi divulgada a nova versão do Banco de Dados Geodésicos, que incorporou 13.053 informações, sendo 12.218 referentes a alterações das estações geodésicas e 835 referentes a inclusões de novas estações. Foram realizados os atendimentos de 345 pedidos de informações dos usuários, sendo 165 das estações passivas, 177 das estações da RBMC e 3 das estações da RMPG. Esses pedidos totalizaram 22.012 informações disponibilizadas aos usuários.

Cabe destacar ainda o Projeto Pontos Culminantes - parceria entre IBGE e Instituto Militar de Engenharia - IME que tem como principal objetivo mensurar, com absoluta exatidão, as altitudes dos pontos mais elevados do País, utilizando recursos mais modernos e novas tecnologias como GPS – Sistema de Posicionamento Global. O projeto permitirá a atualização dos dados

cartográficos em todo território nacional, bem como a correção dos valores das altitudes brasileiras, o que facilitará a atualização das cartas aeronáuticas. Em 2005 foram determinadas as coordenadas plani-altimétricas do Monte Roraima, onde foi verificado que o sétimo ponto mais alto do País é 5,24 metros menor do anteriormente registrado - resultados que foram divulgados na internet em 29 de julho de 2005.

É importante ressaltar que o Projeto Mudança do Referencial Geodésico deu dois importantes passos nos primeiros meses desse ano. O primeiro deles foi a publicação do decreto nº 5334/2005 no Diário Oficial da União, em 07/01/2005, dando nova redação às *Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional* (Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984). O segundo deu-se no último dia 25 de fevereiro, com a assinatura, pelo Presidente do IBGE, da resolução nº 1/2005, que torna o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000) a nova base para o Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e para o Sistema Cartográfico Nacional (SCN).

O SIRGAS 2000 permitirá maior precisão no mapeamento do território brasileiro e na demarcação de suas fronteiras. Além disso, a adoção desse novo sistema pela América Latina contribuirá para o fim de uma série de problemas originados na discrepância entre as coordenadas geográficas apresentadas pelo sistema GPS e aquelas encontradas nos mapas utilizados atualmente no continente. A resolução assinada estabelece um período de transição de dez anos, durante o qual o SIRGAS 2000 poderá ser utilizado em concomitância com os outros sistemas de referência (SAD69 e Córrego Alegre).

Na área de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas, o IBGE participou de 35 eventos entre seminários, feiras e congressos. Destacam-se, por ordem cronológica, a participação com a montagem de *stand* na XII Bienal do Livro, realizada no Rio de Janeiro, que contou com um público de 630 mil pessoas, ao longo dos dez dias do evento. Na ocasião, foi lançada a publicação "Meu Primeiro Atlas", dirigida ao público infantil e voltada para a iniciação cartográfica e geográfica das crianças brasileiras.

Na mesma oportunidade, o IBGE lançou o produto "Brasil em Jogo" - dirigido ao público infanto-juvenil, que objetiva ensinar, de forma lúdica, as informações básicas e curiosidades sobre o País.

Vale ressaltar também a participação, com montagem de *stands*, no XXI Congresso Brasileiro de Cartografia, realizado em Macaé (RJ), e no XXXIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia – ANPEC com o lançamento da publicação anual "Brasil em Números 2005" - que sintetiza nossos principais indicadores.

Como parte do programa de treinamento de usuários e divulgação das ferramentas digitais Estatcart, Sidra e BME foram realizados 20 workshops com turmas de, em média, 10 alunos. Foi iniciada, também, a produção do primeiro vídeo, de uma série de três a serem desenvolvidos no

próximo ano, com o objetivo de formar novos usuários e auxiliar no projeto de educação à distância destas ferramentas.

Foram lançadas também em 2005 novas versões do Atlas Geográfico Escolar e da Base Estatcart de Informações Municipais. Como importante contribuição para o estudo das estatísticas públicas e privadas, foi produzida a publicação “Saber e Poder das Estatísticas”, do pesquisador Nelson Senra - obra que oferece uma visão histórica sobre o início das estatísticas no mundo e o cenário atual.

O público infanto-juvenil mais uma vez foi contemplado com o lançamento da nova versão do *site* “7 a 12”, presente no portal do IBGE. Além de uma nova apresentação visual mais moderna e adequada ao público, foram desenvolvidos jogos e conteúdos que têm como objetivo transmitir as informações produzidas de forma atraente para as crianças. Ainda na área de serviços *on line*, foi disponibilizado o acervo do IBGE na Internet, por meio do projeto Biblioteca Virtual.

Em 2005, os acessos aos serviços de atendimento do IBGE ultrapassaram 10,0 milhões de usuários, alcançando um crescimento de 34,81% em relação a 2004. No Portal do IBGE, na Internet, são oferecidas as informações estatísticas e geocientíficas produzidas pela Instituição, por meio de bancos de dados, áreas temáticas e de conteúdo histórico, incluindo, entre outros, a loja virtual para a aquisição de produtos. Nesse ano ele ficou entre os três primeiros colocados no resultado do Prêmio Top 3 do iBEST nos juris popular e oficial, além de ter registrado 10.253.631 atendimentos, o que demonstra a expressiva preferência do usuário pelas informações oferecidas.

Ao longo de 2005, a pesquisa semestral de Satisfação dos Usuários, realizada com os usuários das bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o Brasil, com objetivo de avaliar a qualidade da prestação dos serviços públicos, observou que o IBGE está oferecendo serviços com qualidade, tendo apresentado como resultado uma Taxa Geral de Satisfação de 114,73% no 1º semestre de 2005 e de 114,11% no segundo semestre.

Ainda, em 2005, com foco no cliente, os indicadores de desempenho do atendimento por correspondência, endereçados ao e-mail de atendimento do IBGE ([ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)), mostraram resultados satisfatórios, ou seja, 84% das correspondências atendidas em até dois dias, 6,5% em até quatro dias e 9,5% em mais de quatro dias. O tempo médio total do atendimento as correspondências foi de 1,97 dias.

#### 4.1.2. Resultados do Programa Recenseamentos Gerais

O Programa Recenseamentos Gerais busca prover o Governo e a Sociedade do conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, e a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, unidades domiciliares e estabelecimentos

agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

Em 2005, deu-se continuidade ao Projeto *Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios*, tendo sido realizadas as seguintes atividades: desenvolvimento de aplicativo para tratamento dos arquivos de endereços levantados no Censo Demográfico 2000; conclusão da etapa centralizada da correção de cerca de 43 milhões de endereços; execução de testes-piloto; e preparo dos insumos para a etapa de correção - com início em novembro de 2005, nas 27 Unidades Estaduais.

No primeiro semestre de 2005, foram cumpridas todas as atividades programadas para o Projeto conforme o cronograma planejado. No segundo semestre, a execução dos trabalhos foi prejudicada pela greve dos servidores, ocorrida no período de 7 de julho a 13 de setembro, o que acarretou a necessidade de serem envidados maiores esforços no sentido de recuperar o tempo paralisado para a realização dos testes-piloto e ajustes deles decorrentes, e dos treinamentos previstos. Em que pese os esforços feitos, o início do tratamento dos dados foi adiado para novembro, reduzindo, dessa forma, a correção dos setores censitários estimada para o exercício.

Por outro lado, as restrições orçamentárias associadas à ampliação do Projeto - que incluiu o Módulo Gráfico e outros aperfeiçoamentos, estendeu o período de execução para o ano de 2007. Cabe citar que a redução de, aproximadamente, 54,2%, nos recursos inicialmente orçados para o grupo de despesa Investimento, impôs também uma redução de 50% na quantidade de equipamentos de informática que deveria ser adquirida, o que ocasionou a redução do número de unidades envolvidas na primeira etapa descentralizada dos trabalhos, ampliando de cinco para nove meses o prazo para a consecução das tarefas descentralizadas.

Ressalta-se que a operacionalização do Projeto permitirá ao IBGE melhorias na seleção de amostras e na supervisão da coleta, facilitando a utilização, pela sociedade e governo, das informações estatísticas associadas a endereços.

No que diz respeito à realização das Ações Contagem da População 2007 e Publicidade de Utilidade Pública, assim como parte expressiva do Censo Agropecuário 2007, é preciso ressaltar que a ausência de recursos em 2005 para essas Ações comprometeria sua implementação. Porém, conseqüente aos esforços envidados pela Direção do IBGE frente ao MP, para a realização dessas Ações, foi concedido crédito especial, ainda em 2005, para a Contagem da População 2007 e para o Censo Agropecuário 2007, viabilizando, assim, a implementação das ações preparatórias para ambas as Ações.

É importante ressaltar que a Ação Contagem da População 2007 é fundamental para o avanço tecnológico e metodológico dos levantamentos censitários, das pesquisas do IBGE, e também de

grande interesse de vários órgãos governamentais, considerando-se que, ano a ano, um número crescente de prefeitos e parlamentares têm manifestado insatisfação com a defasagem das estimativas populacionais fornecidas pelo IBGE - que servem de base para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. Segundo os manifestantes, tais estimativas, que têm por base os dados populacionais do último censo, apresentam distorções com relação ao atual efetivo populacional de seus municípios, gerando perdas significativas de recurso – o que tenderá a agravar-se à medida em que aumentar o afastamento do Censo Demográfico 2000. O IBGE somente poderá melhorar efetivamente a qualidade das estimativas mediante realização de uma nova contagem populacional de abrangência nacional.

Ainda no âmbito do Programa Recenseamentos Gerais, o IBGE participou de diversos eventos nacionais e internacionais pertinentes ao contexto:

1. Em janeiro, o IBGE foi convidado a participar da reunião “*Advocacy and Resource Mobilization International Meeting toward the successful implementation of the 2010 Round of Population and Housing Censuses in Developing Countries*”, realizada em Nova York, promovida pelo Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA e pela Divisão de Estatística das Nações Unidas - UNSD. O evento foi produtivo, especialmente pela discussão de temas comuns a todos os Institutos de Estatística e pela proposta de participação ativa dos países, na solução de problemas referentes aos Censos de População e Habitação dos órgãos de estatísticas dos países em desenvolvimento.

Dentre as conclusões e recomendações sugeridas ao final do evento, destacam-se algumas como: os problemas comuns aos Censos de População dos países em desenvolvimento, como limitações orçamentárias e impossibilidade de atender as demandas de informação com intervalos menores que 10 anos; a continuação do monitoramento das possibilidades dos países executarem seus Censos na Rodada 2010; e o apoio à iniciativa de fomentar a cooperação técnica horizontal entre esses países, na forma de ajuda para o sucesso na execução dos Censos. O caso do Censo Conjunto do Mercosul, Bolívia e Chile foi citado como exemplo de parceria que contribuiu para o sucesso dos Censos da Região na rodada dos Censos de 2000.

Para acompanhar o progresso dos trabalhos e eventuais dificuldades, foi sugerida a realização de encontros periódicos. Também foram feitos diversos contatos entre os países e foi proposta a colaboração técnica horizontal entre os órgãos de estatística das respectivas regiões.

2. Em fevereiro, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Estudos de Modalidades Alternativas de Censos Demográficos EMACD, foi realizada uma missão técnica ao *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* - INSEE, com a finalidade de conhecer as diferentes etapas do novo censo francês. Durante os cinco dias da missão, foram vistos procedimentos e técnicas relativas à preparação da campanha publicitária, à

amostra adotada, ao cadastro de endereços, à coleta, à captura, à crítica e à imputação dos dados, além dos impressos utilizados e do plano de divulgação dos dados apurados.

3. Em abril, foi realizado o workshop “Dados da Educação Brasileira e a Produção de Indicadores Comparáveis no Âmbito Internacional”, em Brasília, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e a Diretoria de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais – DTDIE do Ministério da Educação, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. A finalidade deste evento foi a de contribuir para um maior entendimento sobre a coleta e o uso de dados da educação brasileira em nível nacional e discutir questões técnicas relacionadas com a construção de indicadores para serem utilizados pelo Instituto de Estatística da Unesco - UIS em relatórios internacionais. Foi destacada a importância das informações produzidas pelo Ministério da Educação e Cultura e as dos Censos Demográficos.

4. Em abril, foi realizada a 55ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística – ISI, onde o IBGE esteve presente na sessão que tratou dos problemas críticos para a rodada de Censos de População da próxima década, apresentando a experiência de integração dos censos dos países do Mercosul, Bolívia e Chile.

5. Em maio, foi realizada a Terceira Reunião sobre a Harmonização Regional da Definição dos Conceitos e Medidas Gerais para o Estudo do Tema Pessoas Portadoras de Deficiência do Cone Sul, promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Buenos Aires, Argentina. Esta reunião teve como objetivo avançar na busca de uma definição comum para o tema na Região e apresentar os resultados finais do estudo realizado em cada país. O IBGE participou ativamente na sessão que tratou das perspectivas nacionais sobre metodologias de medição das estatísticas de pessoas com deficiência, e apresentou as reflexões sobre a metodologia de medição a ser implementada na Região, especialmente nos censos de população da rodada de 2010.

6. Em julho, o IBGE e o Instituto Nacional de Estatística Geografia e Informática – INEGI, do México, organizaram, em Aguascalientes, México, o 2º Seminário sobre Métodos Alternativos para Censos Demográficos. Essa reunião faz parte dos trabalhos correspondentes ao Projeto EMACD, a qual deu continuidade aos debates iniciados no primeiro encontro realizado em outubro de 2004, no Rio de Janeiro. Este seminário foi uma importante contribuição para ampliar o conhecimento na região sobre novas metodologias para censos de população, levando em consideração o modelo de Censo Demográfico a ser adotado em cada país, dependendo das suas características econômicas, sociais, políticas e culturais.

7. Em julho, na cidade de Tours, França, foi realizada a XXV Conferência Internacional de População, promovida pela União Internacional para o Estudo Científico da População - IUUSP,

na qual o IBGE participou das sessões que trataram dos temas pessoas portadoras de deficiência e implicações na estrutura etária da população, apresentando os dados do Brasil. A diretoria da IUSSP organizou o *Side Meeting: Censuses in the XXI Century: Improving Data Utilization and Dissemination*, que antecedeu a Conferência, e convidou o IBGE para participar apresentando os estudos desenvolvidos no Brasil sobre modalidades alternativas de Censos Demográficos.

8. Em agosto, o IBGE participou da reunião do grupo de especialistas que discutiu o programa mundial sobre censos de população da rodada de 2010, promovida pela Divisão de Estatística das Nações Unidas – UNSD, em Nova York. Nesse fórum, foram discutidas as possíveis alterações nas perguntas dos próximos Censos, levando em conta as mudanças ocorridas ao longo da década na configuração do mercado de trabalho, das relações familiares e outras variáveis que se considera importante incluir nos Censos Demográficos. Coube ao Brasil a responsabilidade, em conjunto com o Canadá, de apresentar a proposta sobre as características étnico-culturais com ênfase no levantamento das populações indígenas.

9. Em setembro foi realizado o seminário de atualização do Redatam, promovido pelo *Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía – Celade* que apóia as instituições nacionais e internacionais no uso da informação sociodemográfica e setorial de cada país, assim como no desenho e desenvolvimento de aplicações para sua difusão.

10. Em setembro, no Rio de Janeiro, o IBGE, em parceria com a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, promoveu dois encontros internacionais nos quais participaram mais de 30 países:

- II Encontro Regional do Grupo de Washington sobre Pessoas com Deficiência e;
- V Encontro do Grupo de Washington sobre Pessoas com Deficiência.

O encontro regional foi direcionado a países da América Latina e Caribe interessados em incluir, em seus censos ou pesquisas, o conjunto de perguntas desenvolvido pelo Grupo de Washington. No quinto encontro do Grupo de Washington foram apresentados os estudos desenvolvidos pelos grupos de trabalho como a revisão do conjunto básico de perguntas e do conjunto extenso de perguntas sobre pessoas com deficiência, desenvolvido pelo grupo para avaliar a igualdade de oportunidades; os protocolos revisados e conhecimentos apreendidos dos workshops e do pré-teste, aspectos metodológicos.

11. Em dezembro, o IBGE participou do *Joint UNECE – Eurostat Meeting on Population and Housing Censuses* na qual foi discutida e elaborada uma proposta de atualização das recomendações internacionais referentes a censos de população e de habitação dos países da Comunidade Européia para 2010, com base nos trabalhos desenvolvidos nos dois últimos anos com a colaboração de especialistas em censos dos Institutos Nacionais de Estatística e

Organizações Internacionais. Esta versão será submetida à aprovação, na Sessão Plenária da Conferência de Estatísticas da Europa, em junho de 2006. O IBGE participa da força tarefa para atualização das recomendações internacionais sobre as características econômicas nos censos de população.

#### 4.1.3. Resultados das Ações do IBGE pertencentes à Programas de outros Órgãos da Administração Pública Federal

##### A) Ação Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

Em relação à Capacitação de Servidores Públicos em Processos de Qualificação e Requalificação, ação desenvolvida pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE, cabe mencionar que o Programa Anual de Treinamento capacitou, em 2005, 1396 servidores em 97 turmas de 57 cursos de curta duração. Apesar do longo período de greve, de 07 de julho a 13 de setembro de 2005, ter provocado o cancelamento de muitas turmas, o efetivo de servidores treinados foi equivalente ao do ano anterior. Cabe ressaltar que nesse ano foi dado grande ênfase ao atendimento das demandas das Unidades Estaduais.

Entre os cursos técnicos, voltados para as áreas fins do IBGE, destacam-se o de Demografia Básica I, com 15 servidores treinados e o de Classificação Estatística com 25 servidores treinados. Já em Geociências, os principais eventos foram os cursos: Acesso a Banco de Dados Geoespacial Utilizando Linguagem de Consulta Estruturada, com turmas nas Unidades Estaduais de Santa Catarina, com 16 servidores, e Pará, com 11 servidores; e o de Aquisição de Dados Gráficos SIG - módulo2, com uma turma de 15 servidores realizada na Unidade Estadual de Santa Catarina. Também merece destaque o curso Introdução ao Arc Gis 8.3. Trata-se de um curso externo, e em duas turmas foram adquiridas 20 vagas que atenderam às Coordenações de Cartografia, Recursos Naturais e Geodésia.

Entre os cursos de Informática, destacam-se os cursos do sistema *Oracle*. Tais cursos possuem uma demanda muito específica, exclusivamente voltada a atender os técnicos de informática do IBGE, o que vem a ser fundamental para a atualização dos servidores que atuam na área.

A parceria com a ENAP foi ampliada com a inclusão de mais sete Unidades da Federação compondo o grupo os Estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina, Alagoas, Maranhão, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, São Paulo, Sergipe e Paraná. Entretanto, devido ao longo período de greve, a pedido das próprias áreas demandantes das 22 turmas previstas no convênio, 10 tiveram de ser canceladas.

Na área Administrativa, merecem destaque os cursos de Concessão de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público, SIAFI Gerencial e Avaliação de Desempenho: noções e aplicabilidade. Estes

cursos tiveram participação expressiva de servidores das Unidades Estaduais. O primeiro contou com 24 servidores das Unidades Estaduais e 2 servidores da Diretoria Executiva. O SIAFI Gerencial teve duas turmas exclusivas para os servidores das Unidades Estaduais, quando foram treinados 28 servidores. Outras duas turmas foram realizadas com a participação exclusiva das Unidades Organizacionais sediadas no Rio de Janeiro. O curso de Avaliação de Desempenho: noções e aplicabilidade treinou em 5 turmas, 95 servidores das Unidades Estaduais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Também merece destaque na área Administrativa o evento 2ª Semana de Administração Orçamentária Financeira e de Contratações Públicas que tem como principal objetivo reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos nos principais sistemas corporativos de governo. Promovido pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda e organizado pela ESAF, o evento aconteceu em quatro pólos (RJ, MG, BA e DF), onde foram oferecidas vagas aos servidores de todas Unidades Estaduais.

Em 2005 foi criada a equipe de educação à distância, com o objetivo de implementar essa atividade no IBGE de forma contínua. O desenvolvimento de programas de EaD permitirá ampliar o processo de qualificação de servidores, mediante a adoção de novos modelos de aprendizagem, apoiados em novas tecnologias de comunicação e interatividade. Adicionalmente, o enfoque inovador da educação a distância favorece a construção de novas redes de aprendizagem, acelerando o desenvolvimento autônomo do servidor. A prioridade dos programas de capacitação nessa modalidade será para atendimento às Unidades Estaduais e à rede de Agências do IBGE em todo o território nacional. A implementação gradual do ensino a distância fará com que, até 2008, esta modalidade de capacitação dos servidores das Agências e Unidades Estaduais se torne predominante.

Em 2005 foram realizadas duas edições do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP) . O curso se propõe fornecer, aos técnicos do IBGE e de outros órgãos da administração pública, uma visão abrangente sobre todo o processo de planejamento e execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem. As pesquisas desenvolvidas focaram seu público-alvo na população idosa (60 anos ou mais). A primeira com o tema “capacidade funcional dos idosos” - realizada no bairro de Copacabana – Rio de Janeiro, e a segunda, realizada no bairro da Tijuca – Rio de Janeiro, com o foco nas atividades econômicas, de lazer, culturais e religiosas desta população.

Dando continuidade à política de ampliar a oferta de capacitação pelo CDHP a pessoas envolvidas no planejamento e execução de pesquisas sociais, abriu-se vagas a candidatos externos ao IBGE: funcionários de Institutos de Estatísticas de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, servidores de outros órgãos públicos e Universidades. Em 2005, o CDHP capacitou 53 técnicos: 45 do IBGE (Sede e Unidades Estaduais), 4 de outros órgãos públicos e 4 de países africanos (2 de Moçambique e 2 de Angola). Posto haverem sido previstas três edições do CDHP em 2005, adiou-se a terceira face à greve ocorrida no ano.

## B) Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências

Na área de ensino de graduação, a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), contou em 2005 com 31 professores em seu quadro permanente, e com 14 professores colaboradores. No conjunto, foram oferecidas 88 turmas de 46 disciplinas a 325 alunos, totalizando 6.228 horas-aula nos dois semestres, em dois turnos (manhã e noite). Como incentivo ao desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos de graduação, a ENCE ofereceu 15 bolsas, garantindo assim a participação destes em atividades de monitoria e iniciação científica. Nesse ano, 52 alunos foram graduados.

A iminente implantação do Sistema de Cotas no Processo Seletivo Discente das Instituições Públicas de Ensino Superior, aliado à realidade socioeconômica de uma parcela significativa de alunos do Curso de Graduação em Estatística da ENCE, impôs a necessidade de implantar ações de inclusão social no âmbito da Escola.

Com o objetivo de propiciar condições de permanência do aluno carente e, conseqüentemente, maior dedicação e aumento no rendimento escolar, foi criado, no ciclo básico do curso de Graduação em Estatística, o projeto Fundação FORD/SCIENCE, sendo concedidas 13 bolsas-auxílio, ao longo do ano de 2005.

Cerca de 73 alunos de graduação realizaram estágio supervisionado. Os alunos estagiários contaram com a supervisão de onze professores orientadores. As atividades de estágio de alunos da ENCE são reguladas através de convênios firmados entre IBGE/ENCE e empresas contratantes. As empresas-conveniadas para essa finalidade são as seguintes: Americanas.Com S/A Comércio Eletrônico, *Analysis* Modelagem de Dados Ltda, Arte & Lógica Informática Ltda, Atrium Consultores – Coop. de Profissionais de Informática e Consultoria Técnica LTDA, CIEE - Centro de Integração Empresa Escola do Estado do Rio de Janeiro, ENFOQUE Pesquisa & Consultoria de Marketing, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer, Fundação CESGRANRIO, Fundação Getúlio Vargas, Fundação MUDES, Gestão de Talentos Seres, Globosat Programadora Ltda, INFOGLOBO Comunicações Ltda, Instituto de Estudos da Religião, Instituto Mun. de Urbanismo Pereira Passos, Instituto Via Brasil, Lojas Americanas S/A, Nine Call Recursos Humanos Ltda.ME, Petróleo Brasileiro S/A-PETROBRAS, Provedor de Talentos Ltda, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Rio de Janeiro – SENAI-DR/RJ, Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Estado do Rio de Janeiro – SESI-DR/RJ, StatSystem Consultoria Ltda, Talentos Consultoria Ltda e White Martins Gases Industriais Ltda.

Durante o ano de 2005, a Comissão Própria de Avaliação, constituída por professores/pesquisadores da Coordenação da Graduação, da Gerência do Curso de Especialização, da Gerência de Registro e Controle, de um representante do corpo discente e de um representante da sociedade civil organizada, esteve envolvida no projeto de Avaliação das Instituições de Ensino Superior - IES, instituído pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A auto-avaliação da ENCE está fundamentada, legalmente, no artigo 6o. da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES - e define que a avaliação não é um fim em si, mas um dos instrumentos de que dispõe o Poder Público e a sociedade para dimensionar a qualidade e a relevância das Instituições de Ensino Superior, em consonância com sua missão acadêmica e social.

A ênfase da auto-avaliação realizada foi o processo de ensino-aprendizagem no âmbito do curso de graduação, e sua abrangência, que teve como base a estrutura organizacional da ENCE, contemplou os seguintes grupos de avaliadores e avaliados: o corpo docente da graduação, pesquisadores e professores lotados na Escola e professores colaboradores (servidores de outras diretorias do IBGE); o corpo discente da graduação; alunos-estagiários e seus supervisores nas empresas/instituições; o corpo técnico-administrativo, operacional e de apoio, e membros do corpo de gerentes e coordenadores da Escola e também os egressos da graduação ao longo dos últimos dez anos.

A documentação produzida na fase de auto-avaliação encontra-se disponível na página [www.ence.ibge.gov.br](http://www.ence.ibge.gov.br), em Publicações, Auto-avaliação Institucional 2005.

Para o Processo Seletivo Discente (Vestibular/2006), inscreveram-se 427 candidatos, tendo a relação candidato/vaga ficado em 3,5 - a mesma relação observada no ano anterior. A expectativa era de aumento na demanda, mas o processo de divulgação ficou, em parte, prejudicado devido à greve dos servidores do IBGE, que acabou impedindo a reprodução, em tempo hábil, dos *folders* e cartazes utilizados para a difusão da carreira de Estatística e da ENCE, junto às escolas de ensino médio das redes públicas e privadas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

### C) Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

Em nível de pós-graduação o IBGE, por meio da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE ofereceu os cursos de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, e de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território.

O Curso de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1998, dispondo atualmente de um corpo docente de professores, todos com título de doutor, advindos de renomadas universidades no País e no exterior, com formações e trajetórias acadêmico-profissionais variadas e complementares. Insere-se na grande área de Ciências Sociais Aplicadas da CAPES, dentro da área específica de Demografia/Planejamento Urbano e Regional. Desde sua criação, vem recebendo nota quatro no sistema de avaliação da CAPES (numa escala de 1 a 5).

O Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais objetiva a formação de pesquisadores voltados ao estudo das dinâmicas demográfica, socioeconômica e territorial do País e dos métodos requeridos para obtenção, tratamento, análise e interpretação de informações sobre os temas destacados. Caracteriza-se, em primeiro lugar, por estruturar-se a partir de diferentes cortes disciplinares e enfoques metodológicos como traços constitutivos de sua concepção e prática de pesquisa; em segundo lugar, sua vinculação direta com o IBGE lhe garante uma vantagem comparativa na medida em que a formação acadêmica se dá de maneira integrada com a produção e análise de informações.

Durante o ano de 2005 o mestrado da ENCE passou por um processo de reformulação de suas linhas de pesquisa, sua grade de disciplinas e ampliou o seu corpo docente. A proposta contemplava quatro linhas de pesquisa, a saber:

- Dinâmica Populacional, Condições de Vida e Políticas Públicas;
- Metodologia Estatística para Censos, Pesquisas Amostrais e Registros Administrativos;
- Sistemas de Informação Estatística e Geográfica;
- Sociedade, Economia e Território no Brasil Contemporâneo.

A partir de então, o Programa prevê para todos os alunos ingressantes um conjunto de seis disciplinas obrigatórias, cujas ementas podem ser encontradas na página da ENCE, <http://www.ence.ibge.gov.br>.

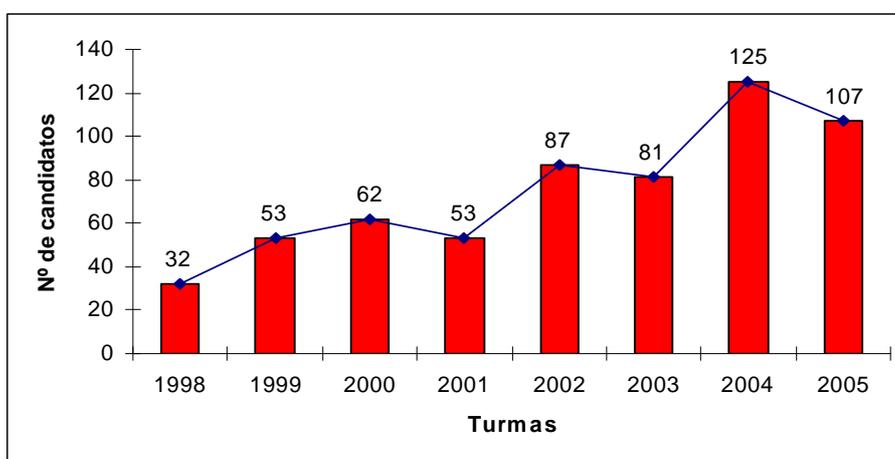
Há um elenco de 22 disciplinas optativas que serão oferecidas de acordo com a demanda dos alunos e o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa. Além das 22 disciplinas outras de cunho optativo poderão ser oferecidas, sob o título de Tópicos Especiais.

Com concursos públicos realizados nos últimos anos para a seleção de professores/pesquisadores, as reformulações descritas foram bastante beneficiadas e o corpo docente da ENCE constitui-se atualmente de 23 professores ou colaboradores doutores.

A ENCE oferece anualmente 30 vagas no Mestrado de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais. O número de candidatos tem aumentado ao longo dos anos, embora não de maneira linear (Figura

9). Trinta e oito candidatos se inscreveram no processo seletivo do mestrado em 1998. Este número passou para a casa dos 50 candidatos nos três anos seguintes, para pouco mais de 80 candidatos no biênio 2002-2003 e ultrapassou a casa dos 100 candidatos nos dois últimos anos. A queda que ocorreu entre 2004 e 2005, quando o número de candidatos diminuiu de 125 para 107, ocorreu em função da divulgação das inscrições não terem sido feitas de forma muito ampla, em decorrência do atraso que houve no processo de reformulação do mestrado, e também pelo fato de que foi estabelecida uma prova que acrescentou maior dificuldade ao processo seletivo. Mesmo assim, o número de 107 candidatos é bastante expressivo e mostra a boa receptividade que o mestrado possui entre o público universitário do Rio de Janeiro e do Brasil, tendo em vista a ocorrência de mais de 12 candidatos de outros Estados do país.

Figura 9. Número de candidatos por ano ao mestrado da ENCE, 1998-2005

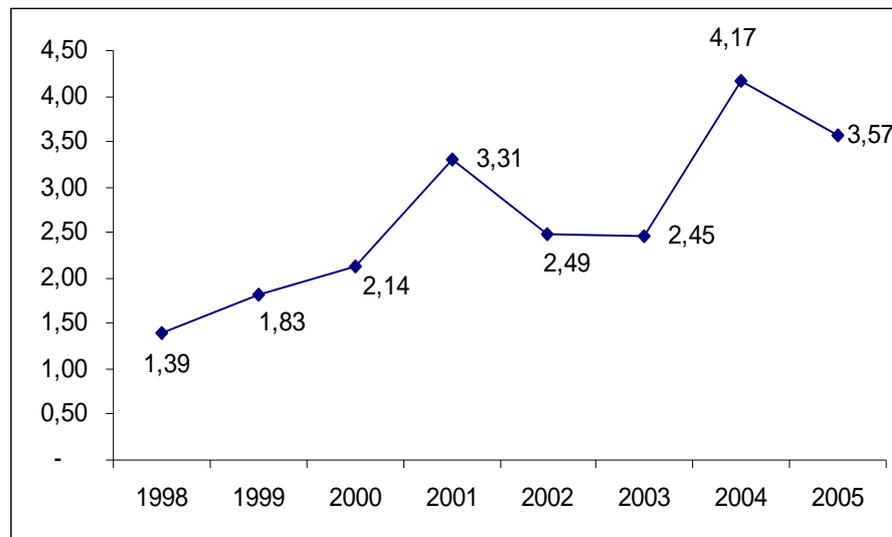


Fonte: ENCE, janeiro de 2006

O crescimento do número de candidatos ao mestrado é importante porque aumentou a relação candidato vagas de 1,39 em 1998 para 3,57 em 2005 (Figura 10), permitindo que haja maiores opções para a seleção, com uma adequação mais apropriada ao perfil desejado dos alunos.

Em 2005 o mestrado da ENCE teve 30 dissertações defendidas. Em todas as bancas de dissertação houve a presença de membros externos de diferentes instituições como: UFRJ, UERJ, UFF, UFRRJ, IUPERJ, UFMG, UNICAMP, SEADE, PUC/RJ, etc.

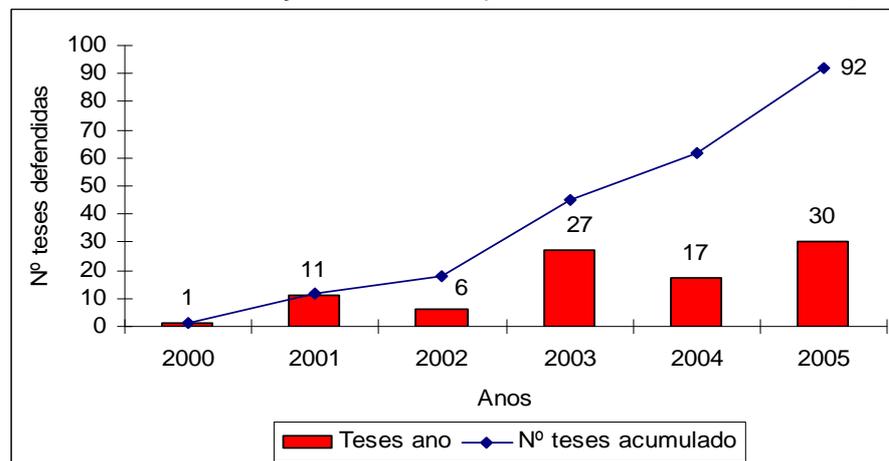
Figura 10. Número de candidatos/vagas ao mestrado da ENCE, 1998-2005



Fonte: ENCE, janeiro de 2006

O gráfico da Figura 11 mostra que em 2005 o número de defesas de dissertação foi maior do que nos anos anteriores. Nos últimos três anos a média de dissertações ficou acima de 20 defesas por ano, sendo que o total de dissertações defendidas chegou ao número de 92 em 2005. Estes números mostram que o mestrado da ENCE está se consolidando e cumprindo sua função de formação de profissionais qualificados e preparados para o exercício da cidadania.

Figura 11. Número de dissertações defendidas por ano no mestrado da ENCE, 2000-2005



Fonte: ENCE, janeiro de 2006.

Os professores do mestrado da ENCE estão envolvidos em uma série de projetos de pesquisa envolvendo tanto pesquisadores da ENCE e do IBGE, quanto de outras instituições parceiras. No plano nacional a ENCE apresentou à Comissão de Avaliação de Pessoal em Ensino Superior - CAPES um projeto de parceria com o NEPO/UNICAMP. O projeto PROCAD foi apresentado em setembro e teve um parecer favorável da CAPES em dezembro de 2005, o que em muito vai ajudar

a inserção inter-institucional da ENCE. O objetivo deste projeto é possibilitar o intercâmbio de professores e alunos e o fortalecimento de pesquisas conjuntas. No plano internacional, destaca-se a candidatura do mestrado da ENCE a uma vaga no Conselho Consultivo do CICRED – *Committee for International Cooperation in National Research in Demography*. O CICRED é uma organização fundada em 1972 e é credenciada junto à ONU e atua como uma plataforma de interação entre os diversos centros de pesquisa em demografia e organizações internacionais como a Divisão de População das Nações Unidas, o Fundo de População (UNFPA), a Organização Mundial de Saúde (WHO) e Organização para Agricultura e alimentação (FAO). O resultado das eleições foi divulgado em 10 de janeiro de 2006 e a ENCE foi uma das selecionadas, dentre as 10 candidatas para as sete vagas existentes, para integrar o Conselho do CICRED, tendo sido a instituição que obteve o maior número de votos dos 121 votantes entre os centros de demografia de todo o mundo.

Os professores e alunos do mestrado participaram de diversos seminários nacionais e internacionais. Em relação aos artigos publicados, tem crescido o número de publicações tanto dos docentes quanto dos discentes do mestrado. Foram publicados quatro Textos para Discussão da ENCE e diversos artigos de jornais, revistas e em sites eletrônicos. A listagem completa dos artigos será apresentada no relatório CAPES de 2006.

Foram realizados mais de vinte seminários voltados para os professores e alunos de pós-graduação e de graduação da ENCE, assim como para todos os demais funcionários do IBGE. Estes seminários têm o objetivo de divulgar resultados de pesquisa, métodos de análise e teorias sobre questões sócio-demográficas relevantes. Além de pesquisadores da ENCE e do IBGE contamos com a presença de importantes pesquisadores e personalidades da vida acadêmica brasileira e estrangeira. A presença de público foi crescente durante o ano e a perspectiva é de que estes seminários continuem com força total em 2006.

O Curso de Especialização em Análise Ambiental e Gestão do Território, iniciado em 1997 tem por objetivo aprimorar a formação e a qualificação profissional daqueles que pretendem atuar ou que já atuam como planejadores, nas esferas pública e privada, formulando e implementando estratégias de apropriação e de uso dos recursos naturais orientadoras dos processos de gestão e organização do espaço territorial.

Diferente de outros cursos no Brasil, o Curso de Análise Ambiental e Gestão do Território apresenta um calendário letivo que se inicia em meados de cada ano, terminando no primeiro semestre do ano seguinte. Para a turma 2004/2005 foram oferecidas 30 vagas. Foram 33 candidatos inscritos, sendo 4 pertencentes ao quadro do IBGE e 29 de empresas privadas e de outros órgãos públicos como CEDAE, Jardim Botânico e Defesa Civil.

Durante os meses de julho, agosto e setembro o Curso de Especialização foi revisto por membros do corpo docente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e da Diretoria de Geociências (DGC)

do IBGE. A reformulação objetivou reorientar o curso de modo a assegurar sua integração com o programa de mestrado, buscar atendimento das demandas de formação da DGC, do IBGE e do público da área de Geociências, bem como, assegurar as condições para a manutenção de um curso de excelência na área.

Discutiu-se a viabilidade de implantação de um mestrado profissionalizante ou *stricto-sensu*, mas a proposição foi considerada prematura pela equipe participante.

Assim, foi definido que seria preciso ajustar o curso a um formato de transição para o mestrado. O conjunto vigente de disciplinas foi analisado segundo a aplicabilidade e a adequação à proposta pedagógica do curso. Durante esta revisão o conteúdo programático de cada disciplina também foi atualizado.

A nova grade disciplinar resultante da reformulação conta com 16 disciplinas obrigatórias que somam 28 créditos, e 5 eletivas compondo 6 créditos. A carga horária do curso após a sua reformulação é de 420 h/a.

Para a formação da turma de 2006, o edital foi divulgado na última semana de setembro de 2005, após a conclusão dos trabalhos da equipe de reavaliação do curso.

## 4.2. Comportamento das Metas Físicas/Financeiras

## 4.2.1. Programa Informações Estatísticas Geocientíficas

QUADRO 11 - Metas Físicas/Financeiras por Ação do Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto	Previsto	Realizado	% Execução
			LOA 2005	LOA +CREDITOS		
4227-0001	Pesquisas Conjunturais Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	141	141	140	99,29
		Financeiro	5.704.464	5.426.948	4.747.093	87,47
4228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Econômica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	15	15	15	100,00
		Financeiro	3.092.525	2.872.225	2.640.338	91,93
2228-0001	Pesquisas Estruturais da Área Sociodemográfica Produto: Resultado divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	4	4	6	150,00
		Financeiro	3.738.936	3.398.396	3.157.582	92,91
2665-0001	Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais Produto: Resultado Divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	159	159	118	74,21
		Financeiro	1.000.000	800.000	749.230	93,65
36-0001	Sistema informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos Produto: Sistema implantado Unid. Medida: unidade	Físico	1	1	1	100,00
		Financeiro	11.993.615	10.401.899	9.614.820	92,43
2230-0001	Disseminação de Informações Estatísticas e Geocientíficas Produto: Usuário Atendido Unid. Medida: unidade	Físico	4.800.000	4.800.000	10.253.631	213,62
		Financeiro	2.566.000	2.566.000	2.387.276	93,03
2229-0001	Mapeamento Topográfico de Referência Produto: Mapa divulgado Unid. Medida: unidade	Físico	900	900	973	108,11
		Financeiro	1.825.000	1.472.195	1.174.571	79,78
2231-0001	Sistema Geodésico Brasileiro Produto: Estação geodésica mantida/implantada Unid. Medida: unidade	Físico	3.000	3.000	4.161	138,70
		Financeiro	700.000	665.000	639.347	96,14
5288-0001	Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho Produto: Pesquisa implantada Unid. Medida: % de execução física	Físico	10	10	0	0,00
		Financeiro	419.009	419.009	44.739	10,68
11-GS	Implantação do Sistema de Informações para Estudos sobre condições de Vida - HD TAL Produto: Sistema Implantado Unid. Medida: % de execução física	Físico	50,00	50,00	0	0,00
		Financeiro	1.015.287	1.015.287	57.718	5,68
2229-0001	Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações Produto: Metodologia implantada Unid Medida: % de execução física	Físico	56	56	46	82,14
		Financeiro	1.500.000	1.500.000	1.005.242	67,02
11-GU	Pesquisa de Orçamento familiares 2005-2006. Produto: Pesquisa Realizada Unid. Medida: % de execução física	Físico	56,00	56,00	0	0,00
		Financeiro	9.595.261	9.595.261	3.568.352	37,19
4641-0001	Publicidade de Utilidade Pública (1)	Financeiro	300.000	300.000	150.000	50,00

Fonte: SIGPlan – dezembro 2005 e SIAFI – janeiro 2006

(1) - Ação Padronizada: não possui meta física

## 4.2.2. Programa Recenseamentos Gerais

QUADRO 12 - Metas Físicas / Financeiras por Ação do Programa Recenseamentos Gerais

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto	Previsto	Realizado	% Execução
			LOA 2005	LOA +CREDITOS		
11-JV	Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios Produto: Cadastro implantado Unid. Medida: % execução física	Físico	70	70	19	27,14
		Financeiro	2.570.443	2.259.154	1.362.630	60,32
1779	Censo Agropecuário 2006 Produto: Censo realizado Unid. Medida: % execução física	Físico	0	1	0	0
		Financeiro	0	6.000.000	0	0
1A91	Contagem da População 2006 Produto: Pesquisa realizada Unid. Medida: % execução física	Físico	0	1	0	0
		Financeiro	0	5.000.000	0	0

Fonte: SIGPlan – dezembro 2005 e SIAFI – janeiro 2006

## 4.2.3. Ações do IBGE pertencentes à Programas de outros Órgãos da Administração Pública Federal

## A) Programa Apoio Administrativo

QUADRO 13 - Metas Físicas / Financeiras do Programa Apoio Administrativo

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto	Previsto	Realizado	% Execução
			LOA 2005	LOA +CREDITOS		
2000-0001	Administração da Unidade (1)	Financeiro	27.765.475	50.116.235 (3)	47.085.788	93,95
4572-0001	Capacitação do Servidor Público Federal em Processo de Qualificação e Requalificação. Produto: Servidor Capacitado Unid. Medida: Unidade	Físico	2.568	2.568	1.393	54,24
		Financeiro	1.020.820	836.656	477.435	57,06
2012-0001	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados. Produto: Servidor Beneficiado Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	9.461	9.461	8627 (4)	91,18
		Financeiro	14.954.435	14.954.435	14.640.646	97,90
2011-0001	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados. Produto: Servidor Beneficiado Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	5.827	5.827	5.083 (4)	87,23
		Financeiro	7.060.164	7.060.164	6.100.192	86,40
2010-0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados. Produto: Criança de 0 a 6 anos atendida Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	950	950	775 (4)	81,55
		Financeiro	1.014.600	1.014.600	586.405	57,80

QUADRO 13 - Metas Físicas / Financeiras do Programa Apoio Administrativo

(continuação)

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto	Previsto	Realizado	% Execução
			LOA 2005	LOA +CREDITOS		
2004-0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados e Dependentes. Produto: Pessoa Beneficiada Unid. Medida: Unidade	Físico (2)	42.724	42.724	23.637 (4)	55,32
		Financeiro	17.944.248	17.139.211	13.506.020	78,80
1D90	Aquisição de Imóvel para a Fundação IBGE Produto: Imóvel adquirido Unid. Medida: Unidade	Físico	0	1	0	0
		Financeiro	0	11.440.000	0	0

Fonte: ENCE – DE/CRH e SIAFI – janeiro 2006

- (1) Ação Padronizada: não possui metas físicas  
 (2) Quantidade prevista em Lei = Quantidade mensal não cumulativa  
 (3) Sem os valores referentes ao elemento de despesa Pessoal  
 (4) Média da execução física mensal no exercício de 2005

B) Programa Universidade do Século XXI - Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências

QUADRO 14 - Metas Físicas / Financeiras Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto	Previsto	Realizado	% Execução
			LOA 2005	LOA +CREDITOS		
8547-0001	Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências. Produto: Aluno matriculado Unid. Medida: Unidade	Físico (1)	310	310	337 (2)	108,70
		Financeiro	317.750	317.750	118.774	37,38

Fonte: ENCE – dezembro 2005; SIGPlan – janeiro 2006

- (1) Quantidade prevista em lei = Quantidade Mensal  
 (2) Média da execução física mensal no exercício de 2005

C) Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica - Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

QUADRO 15 - Metas Físicas / Financeiras Ação Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências

Código	Descrição da Ação	Tipo	Previsto	Previsto	Realizado	% Execução
			LOA 2005	LOA +CREDITO		
8015-0001	Ensino e Pesquisa de Pós-Graduação em Estatística e Geociências. Produto: Aluno matriculado Unid. Medida: Unidade	Físico (1)	148	148	97 (2)	65,5
		Financeiro	358.830	358.830	264.482	73,71

Fonte: ENCE – dezembro 2005; SIGPlan – janeiro 2006

- (1) Quantidade prevista em lei = Quantidade mensal não cumulativa  
 (2) Média de execução física mensal no exercício de 2005

### 4.3. Análise dos Resultados dos Indicadores

O gráfico 1 apresenta uma série histórica que permite a visualização do cumprimento das metas das Ações consideradas para efeito da Avaliação de Desempenho Institucional no período de 2002 a 2005. Cabe destacar que a Instituição atingiu o valor máximo de 100 pontos nos dois semestres de 2005, o que indica um aumento da eficácia no atingimento das metas estabelecidas. Tendo em conta os resultados apresentados, pode-se considerar que a Instituição cumpriu a sua missão de oferecer ao Governo e a Sociedade informações necessárias ao conhecimento da realidade do País, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística – demográfica e socioeconômica, e geocientífica – geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.



Fonte: Resolução do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002-2005.

O IBGE tem alcançado índices significativos no que se refere ao atendimento aos usuários e ao acesso às informações. As demandas dos usuários solicitadas por telefone, pessoalmente, por correspondência, nas livrarias e bibliotecas do IBGE e principalmente através do Portal do IBGE na Internet vêm aumentando a cada ano. Apesar da variação da demanda de 2005 para 2004 ter sido inferior a de 2004 para 2003, o gráfico 2 indica que houve um aumento de 35,19% de usuários atendidos em 2005, quando foram feitos 10.253.631 atendimentos em relação a quantidade de 7.584.725 realizada em 2004.



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN)- janeiro / 2006

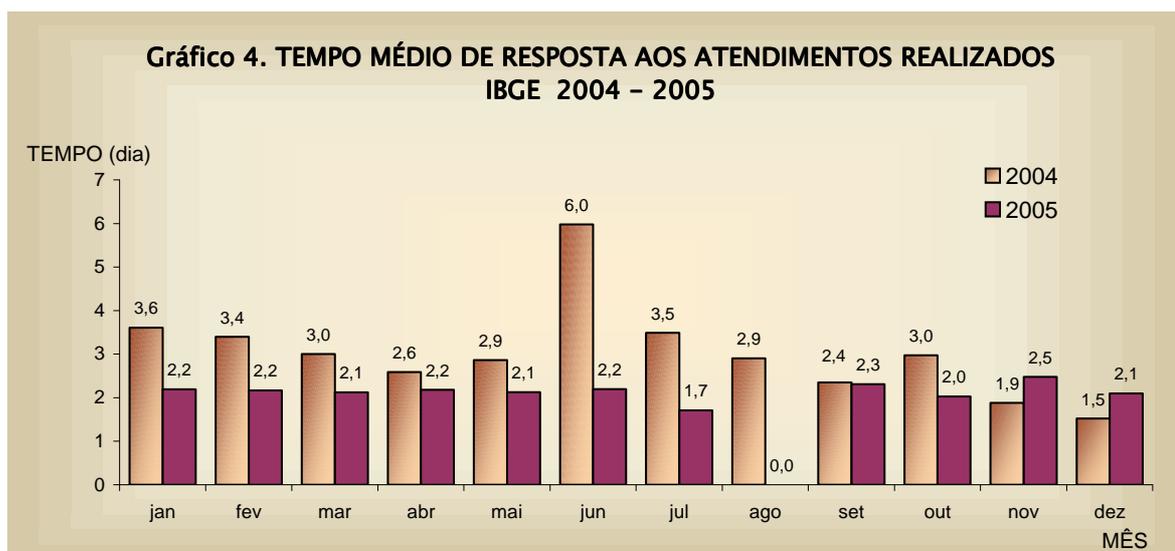
Para atendimento ao cidadão-usuário o correio eletrônico é um dentre os diversos canais disponibilizados pelo IBGE. O indicador Tempo de Resposta - Médio, cujos resultados são apresentados no Gráfico 3, é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento.

No período entre 7 de julho à 14 de setembro observou-se uma queda acentuada no número de correspondências atendidas em função da greve dos servidores do IBGE e o conseqüente aumento do tempo médio de resposta nos meses subseqüentes. As correspondências recebidas neste período foram automaticamente respondidas com uma mensagem orientando ao usuário acessar o Portal do IBGE na Internet. Em função desta resposta automática às solicitações feitas, no mês de agosto não foram registrados os tempos de atendimento.

Na comparação entre os resultados alcançados em 2004 e 2005 (gráfico 4) observa-se que apenas os meses de novembro e dezembro tiveram desempenho inferior, mas uma análise global dos resultados indica a melhoria da eficiência no atendimento, pois o tempo médio de resposta anual referente ao ano de 2005 foi reduzido de 35,38% em relação ao que foi realizado em 2004.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2006



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2006

Os indicadores Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação do Usuário permitem uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo IBGE. Os dados utilizados no cálculo desses indicadores são obtidos por meio da Pesquisa de Satisfação realizada a cada semestre, o que significa que eles refletem a opinião dos usuários que buscaram informações fornecidas pela instituição.

De acordo com a metodologia da pesquisa, deve-se desejar taxas de satisfação pouco superiores a 100%; tendo em vista que esse indicador é obtido a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido. Isto faz com que os

resultados do primeiro e segundo semestres de 2005 (gráfico 5), apesar de estarem num patamar inferior, sejam considerados melhores que os do primeiro e segundo semestres de 2003 e 2004.



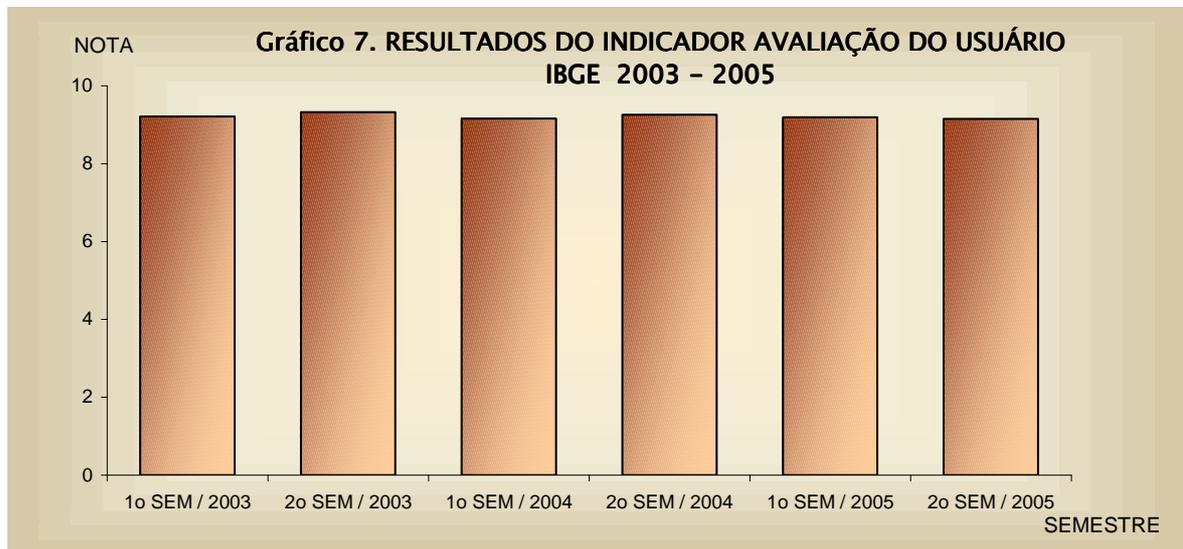
Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2006

Os resultados do indicador referente à Expectativa dos Usuários quanto ao atendimento, gráfico 6, apresentam índices satisfatórios no período de 2003 a 2005, o que reflete a excelente imagem que o cidadão-usuário tem sobre a Instituição. Cabe ressaltar que o IBGE vem mantendo junto a sociedade uma imagem de qualidade, pois no primeiro e segundo semestres de 2005 foram mantidos os mesmos níveis de expectativa do que o que foi alcançado no segundo semestre de 2004.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2006

Observa-se, no Gráfico 7, que as avaliações do atendimento no primeiro e segundo semestres de 2005 apresentaram como resultados médias próximas a nota máxima, o que reforça os índices obtidos para o indicador referente à Taxa de Satisfação do Usuário e demonstram que o atendimento realizado ficou acima das expectativas.



Fonte: Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - janeiro / 2006

Os resultados apresentados para os indicadores da Taxa de Satisfação, de Expectativa e de Avaliação dos Usuários mostram que o IBGE está oferecendo serviços com qualidade e que deve continuar aperfeiçoando suas atividades de atendimento, com o objetivo de atingir e manter um padrão de excelência e, também, que a Instituição tem ótimo conceito de sua imagem perante a sociedade, mas deve continuar trabalhando constantemente na sua melhoria.

## Medidas Adotadas para Sanear Disfunções Detectadas

Em relação às Ações do Programa INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS - Código: 0796, a greve dos servidores ocorrida entre 7 de julho e 13 de setembro afetou de forma mais direta as atividades desenvolvidas pelas Unidades Administrativas, onde o movimento de greve se fez mais contundente. O absenteísmo ocorrido nessa ocasião, impactou em parte da execução das atividades regulares, que deveriam ter apresentado resultados divulgados nesse período, como Pesquisas Conjunturais (Pesquisa SINAPI) e Mapeamento Topográfico de Referência. O estabelecimento da compensação dos dias parados permitiu que as metas definidas para o exercício de 2005 fossem cumpridas.

No que diz respeito a Ação Sistema Informatizado de Dados Estatísticos e Geocientíficos - Código: 0796.2236.0001, as restrições orçamentárias impediram a realização de investimentos em novos equipamentos, que teriam como objetivo tornar mais ágil e eficiente o processamento das pesquisas e a elaboração de *softwares* para essa finalidade. Atualmente, os equipamentos vêm operando com sua carga máxima, obrigando uma adaptação aos meios disponíveis (interrompe-se uma produção para que seja realizada outra), acarretando na sobrecarga da infra-estrutura já existente e no comprometimento da eficiência do processo de produção de todas as pesquisas. Uma forma de minimizar essas disfunções foi a alocação de recursos orçamentários e humanos em função das atividades prioritárias, de forma a atender a todas as áreas da Instituição.

Quanto aos projetos desse Programa; as Ações: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2005-2006 - Código: 0796.11GU.0001, Implantação da Pesquisa Nacional Contínua sobre a Força de Trabalho Código: 0796.5288.0001, e Implantação do Sistema de Informações para Estudo sobre Condições de Vida - HD TAL - Código: 0796.11GS.0001; um dos fatores que comprometeu o cumprimento das metas físicas previstas para 2005 foi o impasse ocasionado pela não assinatura do empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird. Aguarda-se a conclusão desse processo, ora em trâmite no Ministério da Fazenda, para que seja possível definir a implementação dessas Ações.

Em relação ao Projeto Desenvolvimento e Absorção de Novas Tecnologias e Metodologias na Produção de Informações (Rede-IPEA) - Código: 0796.5290.0001, foi feito novo contrato com o PNUD a partir de 2005, havendo a necessidade de realizar a revisão dos gastos, o que gerou um pequeno atraso na sua execução.

A partir de agosto de 2005, foi informado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, do Governo Federal, que a situação do projeto estaria se normalizando, o que aconteceu no mês de outubro.

Em novembro, devido à desvalorização do dólar em relação à moeda nacional, houve a necessidade de solicitar o remanejamento de valores das sublinhas do Projeto BRA/04/052 ao PNUD, o que acarretou atrasos no cumprimento das atividades previstas.

Em relação ao Programa Recenseamentos Gerais - Código:1059, as restrições orçamentárias associadas à ampliação do Projeto Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios — Código: 1059. 11JV. 0001, que incluiu o Módulo Gráfico e outros aperfeiçoamentos, estendeu o período de execução para o ano de 2007. Cabe citar que o corte de aproximadamente 54,2%, no grupo de despesa Investimento, impôs uma redução de 50% na quantidade de equipamentos de informática a ser adquirida, o que ocasionou a redução do número de unidades envolvidas na primeira etapa descentralizada dos trabalhos, ampliando de cinco para nove meses o prazo para a consecução das tarefas descentralizadas.

Ressalta-se que a operacionalização desse Projeto permitirá ao IBGE melhorias na seleção de amostras e na supervisão da coleta, facilitando a utilização, pela sociedade e governo, das informações estatísticas associadas a endereços.

## Transferências de Recursos (convênios e outros meios)

Na área de cooperação internacional, cabe mencionar o trabalho conjunto, no âmbito dos países do MERCOSUL e Chile, para o cálculo de Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados - IPCH, integrado pelos produtores dos Índices de Preços ao Consumidor oficiais dos países: na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, os Institutos Nacionais de Estatística e, no Paraguai, o Banco Central do Paraguai. Em 2005, foi divulgado em conjunto, e simultaneamente, os resultados do Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado – IPCH para o período 1999-2004.

O IBGE participou, no ano de 2005, do Programa de Comparação Internacional de Preços – PCI. O PCI prevê a elaboração de um conjunto de deflatores (Paridade do Poder de Compra – PPC) que torne possível comparar o Produto Interno Bruto – PIB e a linha de pobreza entre os países. Este programa envolve uma série de órgãos internacionais de estatística sob a liderança do Banco Mundial. Para a América Latina, o PCI tem como coordenadores a CEPAL e o *Statistics Canada*. Uma parte do programa envolve a coleta de preços e a análise comparativa dos preços coletados. Assim sendo, ao longo de 2005, foi realizada, no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Bahia e Goiás, a coleta especial de preços da cesta de bens e serviços de consumo definida para os países do Mercosul e Chile. Outra parte do programa exige a participação de representantes das Contas Nacionais de cada país, uma vez que a comparação entre os PIBs e o nível de consumo em relação à linha de pobreza dos países é o objetivo principal do Programa.

Foi aprovado pela União Européia, em setembro, o Convênio de Financiamento e das Disposições Técnicas e Administrativas para o Projeto de Cooperação CE - Mercosul em Matéria de Estatística II. Em sua primeira etapa, iniciada em 1999, com término em 2002, o Convênio buscou a melhoria e a modernização da produção de estatísticas, com vistas à progressiva harmonização metodológica, através das atividades desenvolvidas por 10 grupos de trabalho temáticos. Nessa nova edição, o Convênio privilegia a harmonização estatística através de três componentes técnicos básicos. O primeiro trata da harmonização no capítulo das Estatísticas Sociais; o segundo está voltado para as Estatísticas Econômicas; e o terceiro preocupa-se com o desenvolvimento de um processo de harmonização estatística global e de convergência institucional regional no que se refere às estatísticas. Cada um desses componentes gerais prioriza aspectos específicos. Em cada país, a coordenação do Convênio em nível nacional caberá aos respectivos institutos oficiais de estatística, enquanto coordenadores do Sistema Estatístico Nacional. Assim, no Brasil, a coordenação caberá ao IBGE.

Em 2005, foi dada continuidade às negociações para efetivação do “Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Reformas para o Setor de Desenvolvimento Humano - HD TAL”, financiado pelo Banco Mundial, que visa prover ferramentas para auxiliar o governo na melhoria e desenvolvimento de sistemas de monitoração e de pesquisa do impacto das políticas públicas. O Projeto tem como

responsáveis por seus componentes básicos o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o IBGE. No que se refere ao componente do projeto relativo ao IBGE, a Ação está associada ao fortalecimento da capacidade de prover informações estatísticas para monitoramento e avaliação das condições de vida da população brasileira e dos impactos das políticas sociais. Assim, esse componente do Projeto foi estruturado com os seguintes sub-componentes / atividades:

- Comitê de Estatísticas Sociais – estabelecimento e operação de um Comitê para avaliar demandas de informações estatísticas dos órgãos governamentais de política social junto ao IBGE, compatibilizando essas demandas e definindo prioridades.
- Estratégia para o Programa de Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - apoio à implantação de um novo sistema contínuo de mensuração de condições de vida, focalizado no consumo e no orçamento familiar, com a realização especial da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF em 2006-2007, incluindo o Módulo Simplificado da POF, como teste para a estratégia de consecução desse novo modelo.
- Pesquisa Domiciliar Nacional Contínua - apoio ao planejamento e à realização de testes para a integração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e da Pesquisa Mensal de Emprego - PME em uma única pesquisa, com vistas à implantação da Pesquisa Domiciliar Nacional Contínua, abrangendo as áreas urbana e rural, com previsão de aplicabilidade de módulos suplementares.
- Ampliação da Cobertura da PNAD – Norte Rural.
- Capacitação técnica para elaboração de Mapas de Pobreza – apoio ao desenvolvimento de capacitação técnica do IBGE, objetivando a elaboração de Mapas de Pobreza a partir da utilização de dados de pesquisas por amostra, combinados com resultados de Censos Demográficos.
- Capacitação técnica para monitoramento e avaliação de políticas sociais - apoio ao desenvolvimento de capacitação técnica do IBGE, objetivando a realização de pesquisas especiais para avaliação e monitoramento de políticas sociais, que pressupõem metodologia especializada.
- Estudos analíticos dos resultados da POF 2002/2003 - estudos analítico-temáticos a partir da exploração dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003.

No que diz respeito aos acordos de cooperação técnica no âmbito nacional, podem ser destacados os seguintes trabalhos:

1. Em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação, foi realizada a Pesquisa de Verificação das Informações declaradas ao Censo Escolar 2005. A referida pesquisa foi feita em âmbito nacional, para medir a qualidade das informações básicas prestadas em relação às matrículas do ensino fundamental regular, ensino médio e educação de jovens e adultos, provenientes do Censo Escolar.

2. Com o Ministério da Cultura foi estabelecido acordo para a construção do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, cujo objetivo é o desenvolvimento de uma matriz de indicadores culturais, com dados permanentemente atualizados e consistentes, servindo como base para a formulação de políticas em diferentes esferas da gestão pública e também como fonte de informação consolidada para os usuários em geral.

3. No âmbito da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, foi firmado parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS para a realização do Suplemento sobre Assistência Social à citada Pesquisa onde será possível obter um maior detalhamento das informações relativas aos recursos humanos vinculados à atividade pesquisada, à articulação institucional com o Conselho da área, à legislação municipal, às fontes de recursos públicos para a área, aos convênios e parcerias realizados, às ações, projetos e programas existentes e às instalações e aos serviços prestados.

4. Foi estabelecida, também com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, parceria para o desenvolvimento da Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos a ser realizada a partir do universo de entidades identificadas na pesquisa FASFIL (pesquisa intitulada Estatísticas das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, realizada pelo IBGE juntamente com o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Como resultado desta pesquisa ter-se-á um detalhamento do perfil das entidades prestadoras de serviços de assistências privadas.

5. Foi assinado Convênio com a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, cujo objeto é o desenvolvimento de metodologia para a elaboração do Índice de Serviços de Telecomunicações - IST.

6. Foi renovado o Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, para a realização da Pesquisa Mensal de Emprego – PME na região metropolitana de Curitiba, reforçando a posição do IBGE como órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, atuando na padronização de metodologias e na capacitação de equipes técnicas.

7. Foi firmado Convênio com o Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGIbr que tem por objeto a realização do Suplemento sobre Acesso a Tecnologias de Informação na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ano de referência 2005. Este suplemento investigará, através de 23 (vinte e três) perguntas já elaboradas em conjunto pelo CGIbr e o IBGE, o acesso da população às novas tecnologias de informação, especialmente à Internet.

8. No que diz respeito a Ação Pesquisas e Análises Ambientais, são destacados os trabalhos realizados em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, fruto do termo de cooperação

técnica com o IBGE, com vistas ao desenvolvimento de ações destinadas à troca de informações, estudos e análises que venham a ser desenvolvidos pelas partes, visando o planejamento e execução de projetos. Durante o ano de 2005, foram elaborados os seguintes Zoneamentos Ecológico-Econômicos – ZEE:

- Macrozoneamento da Bacia do São Francisco: relatório técnico e mapas contendo a análise dos vetores estruturantes da dinâmica socioeconômica atual da Bacia do São Francisco produto.
- Macrozoneamento Brasil: CD-ROM contendo conjunto de mapas justapostos com objetivo de estruturar um banco de dados geográficos que permita compreender a dinâmica territorial brasileira.
- Macrozoneamento da Bacia do Parnaíba: CD-ROM contendo relatório técnico e mapas analisando a dinâmica de apropriação e uso do território na área de expansão modernizada de grãos do sul do Piauí e Maranhão.

Em 2005, também destacam-se os trabalhos desenvolvidos em parceria ou demandados por instituições nacionais e internacionais no âmbito da Ação Mapeamento Topográfico de Referência, dentre eles:

- Disponibilização dos dados vetoriais brasileiros para o Projeto Mapeamento Global ou *Global Mapping* – GM, projeto da ONU resultante da Agenda 21 e coordenado pelo *International Steering Committee for Global Mapping* - ISCGM/Japão. Realização de treinamento durante dois meses e meio na cidade de Tsukuba, Japão, onde foram eliminadas as dúvidas remanescentes quanto as especificidades técnicas da Base Digital Integrada do Brasil ao Milionésimo - bCIMd - aos padrões do projeto GM. Os dados do Brasil serão brevemente disponibilizados para *download* via internet na página do ISCGM. A participação do IBGE neste projeto envolve ainda a confecção de arquivos *raster* dos temas: elevação do terreno, vegetação e meio ambiente. O Projeto GM já definiu sua versão 2, que prevê a inserção de novos dados e a atualização dos dados periodicamente.
- Análise do plano de trabalho proposto pelo Instituto Geográfico Militar do Chile - IGM/Chile, participação em reunião Instituto Panamericano de Geografia e História - IPGH/MGA (Caracas–Venezuela) e elaboração de propostas de estrutura organizacional, calendário e resoluções encaminhadas à Comissão de Cartografia do IPGH, referentes ao Mapa Global para as Américas que objetiva a composição de base integrada vetorial e *raster* das Américas, adequada às realidades do continente americano.
- Atualização da Base Digital Integrada do Brasil ao Milionésimo – bCIMd. A versão 2003 contempla atualizações advindas: do Banco de Informações de Transporte (BIT) e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; do IBGE - Censo Demográfico 2000; da Eletrobrás; Petrobrás, ICA; da Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN; dentre outros. A malha municipal 2001 foi ajustada à bCIMd estando em revisão. Os temas Terras Indígenas e Unidades de Conservação estão em conclusão de ajuste. Acordos e protocolos de

compartilhamento de dados geoespaciais passíveis de representação da bCIMd constituem o Programa Permanente de Atualização da bCIMd.

- Elaboração do Mapa do Brasil com a incorporação do Mar Territorial definido e cedido pelo Centro de Hidrografia da Marinha – CHM nas escalas 1:25.000.000, 1:15.000.000 e 1:6.000.000 para atender a uma solicitação da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM.
- Com a adoção do SIRGAS 2000 como o novo referencial oficial do país, conforme publicação do Decreto Nº 5334/2005 em 06/01/2005 e da Resolução do Presidente do IBGE Nº 1/2005 em 25/02/2005, o IBGE está desenvolvendo em conjunto com a Universidade Canadense de New Brunswick o Projeto de Infra-Estrutura Geoespacial - PIGN. O PIGN contempla Projetos de Demonstração sendo um dos seus principais objetivos a avaliação dos impactos nos diversos segmentos existentes, impactos estes diretamente ligados à área de cartografia. Neste ano ocorreram várias participações em eventos de técnicos da Coordenação que participam voluntariamente do projeto e também em reuniões de grupos de trabalhos e projetos de demonstração. Foram realizadas viagens à Brasília, São Paulo, e a Belo Horizonte, com técnicos da UNB/Canadá, para identificação de parceiros para os projetos de demonstração, abordando aspectos técnicos, de equidade e na área social.
- Criação do Grupo de Trabalho em Nomes Geográficos, a fim de retomar os estudos e publicações do IBGE nesse campo, além de desenvolver o Banco de Nomes Geográficos do Brasil - BNGB, em coerência com o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG, 1992) com as recomendações das Conferências das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos. O grupo, que congrega profissionais de Engenharia Cartográfica, Informática, Análise de Sistemas, Geografia, Ciências Sociais e Letras, redigiu e aprovou o "Projeto de Nomes Geográficos do Brasil", que incluiu a modelagem do BNGB, concluída em junho. No segundo semestre, além de preparar a carga inicial do BNGB com os dados da bCIMd, o grupo apresentou o projeto no Congresso Brasileiro de Cartografia, em Macaé/RJ, promovido pela Sociedade Brasileira de Cartografia, e no I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, promovido pelo Centro de Documentação da Marinha do Brasil, além da apresentação do projeto à Comissão de Cartografia do IPGH para estudos panamericanos de Nomes Geográficos. O estabelecimento de parcerias com diversas instituições está em desenvolvimento, entre as quais a Diretoria Hidrográfica da Marinha - DHN.

Dentre as parcerias que se destacaram no âmbito da Ação Sistema Geodésico Brasileiro no ano de 2005 estão: o Programa GLOSS (Sistema Global de Observação do Nível do Mar) no Brasil, através de convite formal ao IBGE/RMPG por parte da Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN, da Marinha do Brasil, coordenadora do referido programa conforme Decreto nº 050194, de 04 de janeiro de 1994; o convênio com a Petrobras, Companhia Docas de Imbituba – CDI, Centro de Hidrografia da Marinha – CHM, Companhia Docas de Santana – CDSA para o estabelecimento das condições de colaboração na operação e manutenção das estações da RMPG em Macaé/RJ, Imbituba/SC, Salvador/BA e Santana/AP, respectivamente; o convênio com o Comando do Exército

- Instituto Militar de Engenharia IME, Universidade Regional do Cariri, Universidade Federal de Pernambuco, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, Universidade Federal de Viçosa, Programa Pró Guaíba e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa Pró Guaíba e a Universidade Federal de Santa Maria para se manter em atividade a estação Estação RIOD, RBMC CRAT, RBMC RECF, RBMC CUIB, RBMC VICO, RBMC POAL, RBMC SMAR, respectivamente; convênio firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG para disponibilização dos arquivos de observação das Estações GPS permanentes de Varginha, Montes Claros, Governador Valadares e Uberlândia.

Em relação a Ação Ensino e Pesquisa de Graduação em Estatística e Geociências foi firmado convênio com a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO com vistas à realização de processo seletivo discente para ingresso nos cursos de graduação das instituições de ensino superior convenientes: ENCE e UNIRIO, assinado em 15/7/2005, publicado em 22/7/2005, no Diário Oficial da União .

QUADRO 16 - Transferências de Recursos em 2005 - Convênios

Tipo	Código SIAFI/ SIASG	Identificação Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data Publicação DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido/ Transferido no Exercício	Contra-partida	CNPJ	Situação da Avença
Convênio	374696	03606.00050 2.99-2	Convênio objetivando melhoria da qualidade e atualização estatísticas econômicas básicas necessárias à definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do País pela modernização dos procedimentos de coleta, processamento e análise de informações econômicas.	1/10/2002	9.782.500,00	1.180.065,45	SIM	03723329 /0001-79	adimplente
Convênio	456408	ADM0374/02- 4	Convênio objetivando a formação de especialistas em nível de mestrado e doutorado nas áreas de ciência, tecnologia e cultura que possuam cursos de pós-graduação strictu sensu recomendados pelo sistema de acompanhamento e avaliação da CAPES.	18/7/2002	196.265,68	27.408,32	NÃO	00889834 /0001-08	adimplente

QUADRO 16 - Transferências de Recursos em 2005 - Convênios

(continuação)

Tipo	Código SIAFI/ SIASG	Identificação Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Data Publicação DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido/ Transferido no Exercício	Contra-partida	CNPJ	Situação da Avença
Convênio	465082	ADM0389/02-0	Convênio que objetiva proporcionar melhores condições às instituições de ensino superior para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento científico nos cursos de pós-graduação strictu sensu - PROAP.	23/9/2002	297.196,24	71.820,00	NÃO	00889834/0001-08	adimplente
Convênio	483437	25000.027932/2003-81	Convênio que objetiva a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD para investigação de acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil.	15/10/2003	2.191.250,00	0,00	NÃO	016783630/0001-43	adimplente
Convênio	490803	58000.001713/2003-21	Convênio que objetiva a realização de pesquisa complementar a Pesquisa de Informações Básicas Municipais.	22/12/2003	1.500.000,00	750.000,00	NÃO	02973091/0001-77	adimplente
Convênio	509330	25000.019158/2004-16	Convênio que objetiva fortalecer o SUS através do projeto da Pesquisa Médico Sanitária AMS-2004.	19/8/2004	1.499.890,00	1.166.085,85	NÃO	00530493/0001-71	adimplente
Convênio	511692	71000.004955/2004-16	Convênio que objetiva complementar a Pesquisa Suplementar por Amostra de Domicílios - PNAD.	20/10/2004	2.000.000,00	0,00	NÃO	05526783/0001-65	adimplente
Convênio	181	Portaria 181/05	Pesquisa de Verificação do Censo Escolar 2005.	1/9/2005	2.002.210,00	2.002.210,00	SIM	01678363/0001-43	a comprovar
Convênio	189	Portaria 189/04	Levantamento de quesitos adicionais á PNAD 2004 para investigação de características complementares de educação e acesso à merenda escolar.		543.000,00	543.000,00	SIM	01678363/0001-43	a comprovar
Convênio	19	Portaria 19/05	Sistema de Informações e Indicadores Culturais.	3/11/2005	400.085,00	400.085,00	NÃO	01264142/0001-29	a comprovar
	353		Realização de levantamento das estatísticas sobre pessoas portadoras de deficiência.		70.000,00	70.000,00	NÃO	05478625/0001-87	

## Entidades de Previdência Privada Patrocinadas

A Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade – SIAS, CNPJ 33.937.541.0001/08, foi criada em 1979 com objetivo de fornecer aos então empregados do IBGE, sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, entre outros benefícios, uma complementação do valor de aposentadoria, de modo a garantir, quando aposentados, uma remuneração bem próxima àquela percebida quando ainda em atividade.

A partir de 1991, por força da Lei n.º 8112 de dezembro de 1990, que instituiu o Regime Jurídico Único – RJU, o IBGE deixou de repassar à SIAS o valor correspondente à obrigação do empregador, parcela constituinte da formação dos recursos destinados a manter as obrigações estatutárias junto aos seus participantes. A interrupção da transferência de recursos do IBGE à SIAS foi determinada pela migração de todo o quadro de empregados da Fundação do regime CLT para o RJU, regime no qual o servidor, ao passar à inatividade, adquire o direito de manter a mesma remuneração obtida quando em atividade.

Com a criação, na SIAS, de fundos constituídos para este fim, o IBGE passou então a patrocinador de fundos de complementação da aposentadoria para algumas situações em que o RJU não prevê a integralidade do valor do pagamento antes percebida pelo servidor. É importante observar que esses fundos não prevêem qualquer custo para o IBGE.

No ato de criação da SIAS, o IBGE assumiu o compromisso relativo à complementação das reservas matemáticas referentes ao período anterior à criação da entidade dos funcionários que aderissem ao plano de aposentadoria complementar que estava sendo constituído. Essas reservas deveriam ser constituídas através de um recolhimento à SIAS, mensalmente, de determinado valor indicado por cálculo atuarial. Assim, como em 1991 já existiam empregados aposentados, participantes da SIAS, e recebendo complementação aos valores pagos pela Previdência Social, essa obrigação permanecia.

Por determinação da Secretaria Federal de Controle foi solicitada uma auditoria atuarial externa que reavaliasse o montante da dívida do IBGE correspondente a tais reservas, tendo em vista a nova situação da entidade. Essa auditoria determinou o novo montante a ser pago e a Secretaria de Previdência Complementar, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social, exigiu em 2001 a assinatura de documento formal, que garantisse à SIAS o recebimento daqueles valores. Dessa forma, foi assinado em 16 de maio de 2002 um Instrumento Particular de Transação para reconhecimento de dívida e respectivo parcelamento a ser paga pelo IBGE na forma de oito parcelas anuais.

O termo de reconhecimento da dívida prevê uma dívida total de R\$ 38.920.948,59 (trinta e oito milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e nove centavos), preços de setembro 2000, a ser paga em 8 parcelas anuais e consecutivas, acrescidos de correção monetária aferida pelo INPC mais juros de 6% ao ano. O processo contou com a anuência do Ministério do Planejamento, Secretaria de Previdência Complementar e Secretaria de Orçamento e Finanças para formalização e assinatura do contrato entre as partes

Em maio de 2005 o IBGE pagou a SIAS a 4ª (quarta) parcela do Instrumento Particular de Transação para Reconhecimento de Dívida e respectivo parcelamento firmado entre SIAS e IBGE, com vistas à integralização das Reservas a Amortizar, referente ao tempo de serviço passado dos participantes aposentados até a implantação do Regime Jurídico Único (RJU), no montante de R\$ 10.131.334,91 (dez milhões cento e trinta e um mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa e um centavos) sendo: a) R\$ 4.864.706,94 (quatro milhões oitocentos e sessenta e quatro mil setecentos e seis reais e noventa e quatro centavos) relativos ao valor principal da 4ª parcela; b) R\$ 4.659.694,31 (quatro milhões seiscentos e cinqüenta e nove mil seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos) relativos à atualização monetária e juros da 4ª parcela (set/2000 a abr/2005); c) R\$ 606.933,66 (seiscentos e seis mil novecentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos) relativos à resíduo de atualização monetária e juros da 3ª parcela.

O Tipo de aplicação (segmento) dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da SIAS (RGRTs) constituídos por seu Programa de Investimentos (posição em 31/12/2005), em atendimento ao disposto na Resolução CMN Nº 3.121/03, de 25 de setembro de 2003, bem como ao disposto na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da SIAS, na forma da legislação vigente e de seu Estatuto, encontra-se discriminado no Quadro 17.

QUADRO 17. Tipo de Aplicação da Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade

<b>Tipo de Aplicação</b>	<b>Valor em R\$</b>
Renda Fixa	11.460.959,27
Renda Variável	1.469.914,90
Imóveis	18.346.899,88
Empréstimos e Financiamentos	4.752.107,51
<b>Total</b>	<b>36.029.881,56</b>

Fonte: Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade, fevereiro de 2006.

## Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos

Trata-se de dívida de responsabilidade do **Tesouro Nacional do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-IPEA**. A participação do IBGE está empenhada em acordo firmado entre as partes. A responsabilidade pelos registros no subsistema "DÍVIDA" cabe à Rede IPEA, que administra os créditos oriundos do contrato de empréstimo externo BID 991/OC/BR/BRA/97/01 através do PNUD, ficando a cargo do IBGE os registros, execução e acompanhamento no subsistema "CONVÊNIO", da parte que lhe coube (1/5 do total do empréstimo), com previsão para prestação de contas em 29/08/2005.

No exercício de 2004, por orientação do IPEA e em atendimento ao Decreto 4.992/04, foi criada no IBGE a UG 114641 para execução da parte que lhe coube do referido empréstimo, visando maior visibilidade nos Balanços extraídos do SIAFI. No exercício de 2005, por conta da execução do referido empréstimo, o IBGE repassou ao PNUD, responsável pela execução do convênio na Rede IPEA, o montante de R\$1.176.065,45, conforme se observa no Quadro 18.

QUADRO 18 - Detalhamento do Projeto financiado com Recursos Externos

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO TOTAL	EMPRÉSTIMO CONTRATADO	CONTRA-PARTIDA NACIONAL	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS		
				MOTIVO	VALOR EM 2005	VALOR ACUMULADO
EX4400011 Melhoria da qualidade e atualização das estatísticas econômicas básicas necessárias a definição e avaliação de políticas de desenvolvimento do país, pela modernização dos procedimentos de coleta, processamento e análise de informações econômicas e capacitação do quadro técnico do IBGE nesses procedimentos. Organismo Financiador: BID	9.782.500,00	9.790.492,20	NÃO	AMORTIZAÇÃO	170.823,52	1.176.065,45
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	26.707,22	
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	52.465,24	
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	115.200,47	
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	712.440,00	
			SIM	TAXA ADMINISTRATIVA	71.429,00	
			NÃO	AMORTIZAÇÃO	27.000,00	

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, fevereiro / 2006

## Gastos com Cartões de Crédito

A adesão ao Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) teve início no 2º semestre de 2005 em seis Unidades Gestoras: na Sede (Administração Central) e nas Unidades Estaduais de Pernambuco, Bahia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Goiás.

A natureza das atividades desenvolvidas e a necessidade de cobrir todo o território nacional, fazem com que a Instituição tenha a necessidade de utilizar freqüentemente a concessão e aplicação do suprimento de fundos. Isso deve-se em grande parte aos deslocamentos no setor urbano e rural dos técnicos para o exercício de suas atribuições, que demandam gastos imprevisíveis e considerados de pequeno porte, tais como: pequenos reparos em veículos; pagamentos de mateiros/semoventes; alugueis de pequenas embarcações; passagens e transportes urbanos e intermunicipais, e ocasionais gastos de material de consumo. Devido a essa demanda foram encontradas dificuldades na utilização do sistema de Auto Atendimento do Setor Público (AASP) do Banco do Brasil, e estão sendo resolvidas por meio de ajustes entre este sistema e o Sistema de Suprimentos de Fundos da Instituição.

Apesar das dificuldades encontradas na operacionalização desse processo, observou-se que essa modalidade de pagamento proporcionará maior agilidade e controle na gestão dos recursos públicos.

A manutenção de Agências, em municípios longínquos e inóspitos com carências de recursos de infra-estrutura deve, também, ser levada em consideração. Nestas áreas se faz necessário o pagamento de serviços de faxina, a aquisição de material de consumo e higiene, entre outros gastos eventuais e emergenciais. É relevante destacar que esses pagamentos são realizados em moeda corrente devido às dificuldades dessas pessoas físicas serem detentoras de contas bancárias, motivo pelo qual o saque superou as operações de crédito.

QUADRO 19 – Valores Administrados pelo CPGF – 2º semestre / 2005

Unidade Gestora	Fatura (R\$) (A)	Saque (R\$) (B)	Total Cartão (R\$) (C)=(A+B)
114601 - Adm.Central	51.122,02	21.330,00	72.452,02
114614 -UE/PE	3.952,55	11.400,00	15.352,55
114617 - UE/BA	0,00	18.560,00	18.560,00
114620 - UE/MS	1.700,00	1.200,00	2.900,00
114624 - UE/SC	1.049,80	10.279,00	11.328,80
114627 - UE/GO	21.164,94	35.404,00	56.568,94
Demais UE's	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>78.989,31</b>	<b>98.173,00</b>	<b>177.162,31</b>

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, fevereiro / 2006

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e dá outras providências. Publicado no DOU 114, de 16 de junho de 2003. Intranet. Disponível em: <<http://w3.de.ibge.gov.br/de/estatutoibge/estatutolibgeframeset.htm>>. Acesso em: jan/2005.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cadastro de Ações Orçamentárias IBGE - 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 2005. 50 p.

\_\_\_\_\_, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 1º semestre de 2005*. Intranet. Disponível em: <[http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa\\_satisfacao\\_1sem\\_2004.asp](http://w3.cddi.ibge.gov.br/pesquisa_satisfacao_1sem_2004.asp)>. Acesso em jan/2006.

\_\_\_\_\_, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Relatório da Pesquisa de Satisfação dos Usuários - 2º semestre de 2005*.

\_\_\_\_\_, Diretoria de Pesquisas. Informe DPE. Ano 18. Retrospectiva 2005. Rio de Janeiro: IBGE, jan.2006 - 115 p. Intranet Disponível em: <<http://w3.dpe.ibge.gov.br/ftp/Retrospectiva2005/T4DPE2005.pdf>>. Acesso em: jan/2006.

\_\_\_\_\_. Sistema Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE - SIAD. Intranet. Disponível em: <<http://w3.aplicacao.de.ibge.gov.br/SIAD.nsf/Siadweb?OpenPage>>. Acesso em: jan /2006.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004. Aprova o Regimento Interno da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicado no DOU. de 13 de agosto de 2004.

\_\_\_\_\_. Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN. Internet. Disponível em: <<http://www.sigplan.gov.br>>. Acesso em: jan/2006.

## Anexo - Lista de Endereços

### Conselho Diretor

#### Presidência

Eduardo Pereira Nunes  
 Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Centro  
 20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março  
 Tel (21)2142-4501, 2142-4502 e 0800.218181  
 Facsímile (21) 2142-0893

#### Diretoria Executiva

Sérgio da Costa Côrtes  
 Av. Franklin Roosevelt, 166 – 10º Andar Castelo  
 20021120 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março

#### Diretoria de Geociências

Guido Gelli  
 Av. Brasil, 15671 – BL III-B – 3º Andar Parada de Lucas  
 21241051 Rio de Janeiro – RJ – CDD Irajá

#### Diretoria de Pesquisas

Wasmália Socorro Barata Bivar  
 Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro  
 20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

#### Diretoria de Informática

Luiz Fernando Pinto Mariano  
 Av. República do Chile, 500 – 10º Andar Centro  
 20031170 Rio de Janeiro – RJ – CDD São Cristóvão

#### Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai  
 Rua General Canabarro, 706 – BL A – 2º Andar Maracanã  
 20271201 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

#### Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Pedro Luis do Nascimento Silva  
 Rua André Cavalcanti, 106 – 1º Andar Bairro de Fátima  
 20231050 Rio de Janeiro – RJ – CDD Cidade Nova

### Unidades Estaduais

#### Unidade Estadual do Acre – UE/AC

Adão Delfino dos Santos  
 Rua Benjamin Constant, 907 – Centro  
 69900160 – Rio Branco – AC – Rio Branco

#### Unidade Estadual de Alagoas – UE/AL

André Luís Figueredo da Silva  
 Praça dos Palmares, S/N Centro  
 57020150 Maceió – AL – Maceió Cidade  
 Tel: 8221218102

#### Unidade Estadual do Amapá – UE/AP

Haroldo Canto Ferreira  
 Rua Antônio Coelho de Carvalho, 511 Centro  
 68900001 Macapá – AP – Macapá  
 Tel: 0962232696

#### Unidade Estadual do Amazonas – UE/AM

Carlos Alberto Araújo Simonaio  
 Rua Quintino Bocaiúva, 122 Centro  
 69005110 Manaus – AM – Manaus Cidade  
 Tel: 0922333884

#### Unidade Estadual da Bahia – UE/Ba

Artur Ferreira da Silva Filho  
 Av. Marechal Castelo Branco, 750 - 5º andar Edifício o Central Valle  
 40046900 Salvador - BA \_ Salvador Cidade  
 Tel: 7121058600

**Unidade Estadual do Ceará– UE/CE**

Francisco José Moreira Lopes  
<sup>a</sup> Treze de maio, 2901 Benfica  
60040531 Fortaleza - CE - Fortaleza Cidade  
Tel: 854336530

**Unidade Estadual do Distrito Federal – UE/DF**

Walker Roberto Moura  
CRS 509 - bl-a - Lojas 1/5 Asa Sul  
70360510 Brasília - DF - Brasília  
tel: 613292187

**Unidade Estadual do Espírito Santo – UE/ES**

Max Athayde Fraga  
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 - 9º andar  
Enseada do Suá - Ed. Palácio do Café  
25056900 Vitória - ES - Vitória Cidade  
Tel: 027332254385

**Unidade Estadual de Goiás – UE/GO**

Daniel Ribeiro de Oliveira  
Av. 85, N° 759 ed. Felicidade - Setor Sul  
74080010 Goiânia - GO - Goiânia Cidade  
Tel: 0622131008

**Unidade Estadual do Maranhão – UE/MA**

Pedro James de Souza Guedelha  
Rua de Nazaré e Odylio, 49 Centro  
65010410 São Luis - MA - São Luis Cidade  
Tel: 0982224055

**Unidade Estadual de Minas – UE/MG**

Maria Antônia Esteves da Silva  
Rua Oliveira, 523 - 4º andar Cruzeiro  
303101150 Belo Horizonte - MG - Belo Horizonte Cidade  
Tel: 3121052408

**Unidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UE/MS**

Carlita Estevam de Souza  
Rua Barão do Rio Branco, 1471 Centro  
79002174 Campo Grande - MS - Campo Grande Cidade  
Tel: 0673211529

**Unidade Estadual do Pará – UE/PR**

Antônio José de Souza Biffi  
Av. Serzedelo Corrêa, 331/337 - Ed. Felizardo Dias Nazaré  
66035400 Belém - PA - Belém Cidade  
Tel: 09131815640

**Unidade Estadual da Paraíba – UE/PB**

Aniberto Mendonça de Melo  
Rua Irineu Pinto, 94 Centro  
58010100 João Pessoa - PB - João Pessoa Cidade  
Tel: 8321066600

**Unidade Estadual de Pernambuco – UE/PE**

Nilton Luiz Nadai  
Prça Ministro João Gonçalves de Souza, S/N \$2-87 Engenho do Meio  
50670900 Recife - Pe - Recife Cidade  
Tel: 08132724004

**Unidade Estadual do Piauí – UE/PI**

Raimundo Nonato da Silva Filho  
Rua Simplicio Mendes, 436 – Norte Centro  
64000110 Teresina- PI – Teresina Cidade - Tel: 0862214062

**Unidade Estadual do Paraná– UE/PR**

Sinval Dias dos Santos  
Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 552 Centro  
80430180 Curitiba – PR – Curitiba Cidade  
Tel: 412241978

**Unidade Estadual do Rio de Janeiro – UE/RJ**

Romualdo Pereira de Rezende  
Av. Beira Mar, 436 – 13º andar Castelo  
20021060 Rio de Janeiro – RJ – CDD Primeiro de Março  
Tel: 02125144805

**Unidade Estadual do Rio Grande do Norte – UE/RN**

Elder de Oliveira Costa  
Av. Prudente de Moraes, 161 Petrópolis  
59020400 Natal – RN – Natal Cidade  
Tel: 0842222897

**Unidade Estadual de Rondônia – UE/RO**

Argemiro Carvalho de Oliveira  
Av. Duque de Caxias, 1223 Centro  
78901280 Porto Velho – RO – Porto Velho Cidade  
Tel: 0692231738

**Unidade Estadual de Roraima – UE/RR**

Vicente de Paulo Joaquim  
Av. Getúlio Vargas, 76-E Centro  
69301031 Boa Vista – RR – Boa Vista  
Tel: 0956239370

**Unidade Estadual do Rio Grande do Sul – UE/RS**

José Renato Braga de Almeida  
Av. Augusto de Carvalho, 1205 Praias Belas  
90010390 Porto Alegre – RS – Porto Alegre Cidade  
Tel: 05132845102

**Unidade Estadual de Sergipe – UE/SE**

Antonio Pereira da Silva Marinho  
Rua Riachuelo, 1017 Centro  
49015160 Aracaju – SE – Aracaju Cidade  
Tel: 792118979

**Unidade Estadual de Tocantins – UE/TO**

Ari Azevedo Soares  
ACSE 05 LT 06 – QD 104 Sul Centro  
77100040 Palmas – TO – Goiânia Transito  
Tel: 063215829

**Unidade Estadual Santa Catarina – UE/SC**

Maurício Batista  
Rua João Pinto, 60 Centro  
88010420 Florianópolis – SC – Florianópolis Cidade  
Tel: 0482123020

**Unidade Estadual de São Paulo – UE/SP**

Francisco Garrido Barcia  
Rua Urussuí, 93 – 11º andar Itaim Bibi  
04542050 São Paulo – SP – CDD Vila Clementino - Setor 045 A  
Tel: 01131685256

**Unidade Estadual de Mato Grosso – UE/MT**

Devaldo Benedito de Souza  
Av. Tenente Coronel Duarte, 407- 1 e 2 andar  
Centro - Cuiabá - MT - CEP 77100-040  
Tel: 0653213316